

**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
(ICMbio)**

**PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL
DA CHAPADA DOS VEADEIROS**

**Brasília
Outubro/2021**

Presidente da República

Jair Bolsonaro

Ministro do Meio Ambiente

Joaquim Leite

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Fernando Cesar Lorencini

Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Marcos de Castro Simanovic

Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades
de Conservação

Mauricio Ferreira do Sacramento

Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo

Daniel de Miranda Pinto de Castro

Gerência Regional 03 – Centro-Oeste

Ademar do Nascimento

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Luís Henrique Mota de Freitas Neves

CRÉDITOS AUTORAIS:

Equipe de Planejamento/ICMBio

Desirée Cristiane Barbosa da Silva – Analista Ambiental da equipe ampliada da Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (COMAN) – Supervisora do Plano de Manejo.

Leila de Sena Blos – Analista Ambiental da equipe ampliada da Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (COMAN) – Supervisora do Plano de Manejo.

Mônia Laura Faria Fernandes – Analista Ambiental da equipe ampliada da Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (COMAN) – Supervisora do Plano de Manejo.

Maria Carolina Alves de Camargo – Analista Ambiental do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

André Afonso Ribeiro – Analista Ambiental do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Fernando Tatagiba – Analista Ambiental/Chefe do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (período Março/2016 a Junho/2019).

Luís Henrique Mota de Freitas Neves - Analista Ambiental/Chefe do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Contribuições

Biane Pontes – relatora da oficina de plano de manejo

Erica de Oliveira Coutinho – facilitadora da oficina de plano de manejo

Eduardo Henrique Barros - facilitador da oficina de plano de manejo

Leila de Sena Blos – facilitadora da oficina de plano de manejo

Mônia Laura Faria Fernandes – facilitadora da oficina de plano de manejo

Natasha Mazzacaro – voluntária do PNCV

Nádia Malena Moda – voluntária do PNCV

Natália Feksa – voluntária do PNCV

Tiago Dias Meneses – voluntário do PNCV

Participantes da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo

Ademir Alves Pinto - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresina de Goiás/GO

Alexandre Sampaio - Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (CBC/ICMBio)

Ana Luiza Mendes - Associação de Moradores de São Jorge (ASJOR)

André Cunha - Universidade Federal de Brasília (UnB) /Centro UnB Cerrado

André Afonso Ribeiro - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV/ICMBio)

Aristéia Avelino Santos - Associação de Moradores de São Jorge (ASJOR)

Bernardo Issa - Coordenação de Estruturação da Visitação Ecoturismo/ICMBio (COEST/ICMBio)

Bruno Strack - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Roma/GO

Caio Martins - Associação de Condutores de Visitantes - Chapada dos Veadeiros (ACV/CV)

Claudomiro Almeida Cortes - Associação Cerrado de Pé

Christiane Catalão - Associação Reciclealto.

Eric Rezende Kolailat - Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Goiás (SEMAD/GO)

Fernando Previdente - Projeto Pato Mergulhão

Fernando C.P. Tatagiba - PNCV/ICMBio

Gilson Geiss (Teco) - Rede de Integração Verde (RIV)

Heloisa Santana Corazella - Conselho Municipal de Turismo de Alto Paraíso de Goiás

Ion David - Travessia Ecoturismo

João Lino - Associação de Condutores em Ecoturismo de Cavalcante e Entorno (ACECE)

João Ribas - Câmara Municipal de Vereadores de Cavalcante/GO

José Fernando dos Santos Rebello - PNCV/ICMBio

Julio Itacaramby - IBY Socioambiental

Luís Henrique Mota de Freitas Neves - PNCV/ICMBio

LuiZ José do R. C. Lima (Lula) - Associação de Moradores de Alto Paraíso de Goiás (AMOALTO)

Maria Carolina Alves de Camargos - PNCV/ICMBio

Nádia Malena Moda - Voluntária PNCV/ICMBio

Natalia Jonas - Voluntária PNCV/ICMBio

Natasha Mazzcaaro - Voluntária PNCV/ICMBio

Patrícia Andrade - Associação de Condutores de Visitantes Chapada dos Veadeiros (ACV/CV)

Paulo Maluhy - Associação de Proprietários de RPPN de Goiás e do Distrito Federal

Paulo Faria - Coordenação de Estruturação da Visitação Ecoturismo (COEST/ICMBio)

Ricardo Infante - Sociparques Chapada dos Veadeiros S/A

Surya Mendes - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Alto Paraíso de Goiás

Tiago Dias Meneses - Voluntário PNCV/ICMBio

Observadores da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo

Anaís Pinheiro Machado - Sociedade Civil

Andrezza Girardi - Oca Brasil (RPPN Cara Preta)

João di Trindade - Sociedade Civil

Renata Machado - Sociparques Chapada Dos Veadeiros S/A

SUMÁRIO

<u>PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS</u> ..	8
<u>MISSÃO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE</u>	8
<u>INTRODUÇÃO</u>	8
<u>ELEMENTOS DO PLANO DE MANEJO</u>	9
<u>HISTÓRICO DO PLANO DE MANEJO DO PNCV</u>	10
<u>PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS</u>	11
<u>BREVE DESCRIÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS</u> ..	11
<u>FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO</u>	14
<u>LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS</u>	15
<u>PROPÓSITO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS</u>	16
<u>DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA</u>	16
<u>RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS</u>	17
<u>PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS</u>	21
<u>LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTOS</u>	22
<u>ANÁLISE DOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS</u>	22
<u>QUESTÕES-CHAVE</u>	32
<u>PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE DADOS E DE PLANEJAMENTO</u>	34
<u>PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS</u>	37
<u>ZONEAMENTO</u>	37
<u>ZONA DE PRESERVAÇÃO</u>	40
<u>ZONA DE CONSERVAÇÃO</u>	41
<u>ZONA DE USO MODERADO</u>	43
<u>ZONA DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL</u>	45
<u>ZONA DE INFRAESTRUTURA</u>	46
<u>ZONA DE USO DIVERGENTE</u>	48
<u>NORMAS GERAIS PNCV</u>	49
<u>Uso do fogo:</u>	51
<u>Visitação:</u>	51
<u>ATOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS</u>	55
<u>REFERÊNCIAS</u>	57
<u>ANEXO 1. DIAGRAMAS DE ANÁLISES DOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS DO PNCV</u>	58
<u>ANEXO 2. PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL CHAPADOS DOS VEADEIROS. ENCARTE, 1, 2, 3 E 4. ICMBio, 2009.</u>	66

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Relação dos Elementos que compõem do Plano de Manejo	10
Figura 2. Mapa de localização do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	15
Figura 3. Zoneamento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	39
Figura 4. Zona de Preservação	40
Figura 5. Zona de Conservação	42
Figura 6. Zona de Uso Moderado	44
Figura 7. Zona de Adequação Ambiental	45
Figura 8. Zona de Infraestrutura	47
Figura 9. Zona de Uso Divergente	49

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Ficha técnica do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	14
Quadro 2. Análise do RVF “Geodiversidade”	23
Quadro 3. Análise do RVF “Água”	24
Quadro 4. Análise do RVF “Flora Endêmica e Ameaçada”	25
Quadro 5. Análise do RVF “Fauna”	26
Quadro 6. Análise do RVF “Pato Mergulhão”	27
Quadro 7. Análise do RVF “Fogo Manejado”	28
Quadro 8. Análise do RVF “Laboratório para a recuperação/restauração de formações campestres e savânicas”	29
Quadro 9. Análise do RVF “Diversidade de atrativos e atividades do PNCV”	30
Quadro 10. Análise do RVF “História e cultura favoráveis a conservação”	32
Quadro 11. Análise das questões-chave	33
Quadro 12. Priorização da Necessidade de dados	35
Quadro 13. Priorização da Necessidade de Planejamento	35

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Consolidação das prioridades de necessidade de dados e planejamentos	37
Tabela 2. Área e percentual das zonas de manejo do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros	38

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

MISSÃO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A missão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”.

O ICMBio é uma autarquia em regime especial criado em 28/08/2007, pela Lei Nº 11.516 vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação (UC) instituídas pela União.

Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UC federais.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei nº 9.985/2000 (a Lei do SNUC), o plano de manejo (PM) é o documento técnico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC.

Um PM serve como referência fundamental para as decisões de manejo e planejamento em uma UC do sistema federal. Descreve a missão da UC ao identificar o seu propósito, a sua significância e os seus recursos e valores fundamentais. Também define seu zoneamento e normas, avalia as necessidades de dados e planejamento para a UC, além de identificar seus atos legais (ou regras específicas) e seus atos administrativos previamente existentes.

A Revisão do Plano de Manejo do PARNA Chapada dos Veadeiros foi baseada no novo Roteiro de Elaboração de Plano de Manejo (ICMBio, 2018) elaborado após a publicação da Instrução Normativa nº 07/2017, que prevê um documento mais dinâmico e facilmente aplicável à realidade das UCs brasileiras.

A principal vantagem de desenvolver e adotar essa estratégia no PM é a oportunidade de integrar e coordenar todos os tipos e níveis de planos e decisões a partir de um entendimento comum do que é mais importante acerca da UC.

Um PM possui várias funções:

- Fornece um meio de comunicar aos diferentes públicos, por meio de um documento objetivo, o que é mais importante acerca da UC.
- Ajuda a concentrar esforços nos recursos e valores fundamentais para a proteção da UC, cruciais para atingir o seu propósito e manter a sua significância.
- Fornece uma base para garantir a coerência na UC quanto aos planos e

decisões, além de garantir que planejamentos e ações subsequentes contribuam para atingir o propósito da UC e outros objetivos.

- Serve de base para nortear o desenvolvimento de todos os planejamentos posteriores, bem como o seu monitoramento.
- Descreve as diretrizes técnicas para os recursos e valores fundamentais da UC.
- Identifica as condições, ameaças e problemas da UC em relação aos seus recursos e valores fundamentais.
- Identifica e prioriza planos, estudos e ações de manejo que são necessários para a UC.
- Identifica as diferentes zonas de manejo, cujas respectivas ações de manejo visam atingir o propósito da UC.
- Estabelece as normas para utilização dos recursos naturais da UC.
- Favorece a integração com planejamento institucional, a partir da consulta e descentralização de planejamentos específicos das UCs, para as coordenações específicas.

Um PM deve incluir os seguintes elementos:

- Componentes Fundamentais: constituem a missão da UC e geralmente não mudam com o tempo. Além disso, são a base para o desenvolvimento dos planos específicos e dos esforços de manejo futuros. Inclui os seguintes elementos: Declaração de propósito; Declarações de significância; e os Recursos e valores fundamentais.
- Componentes Dinâmicos: são elementos dinâmicos que mudam com o tempo. À medida que o contexto em que a UC está inserida mudar ou as condições e tendências dos recursos e valores fundamentais mudarem, a análise da necessidade de dados e planejamento precisará ser revisitada e revisada, juntamente com as questões-chave. Inclui os seguintes elementos: Questões-chave; Avaliação das necessidades de dados e planejamento; Subsídios para interpretação ambiental; Mapeamento e banco de dados geoespaciais da UC.
- Componentes Normativos: são elementos que sistematizam os atos legais vigentes para a UC, bem como definem normas gerais de uso e gestão de seu território, com implicações legais. Inclui os seguintes elementos: Atos legais e administrativos; Zoneamento e Normas Gerais.
- Planos e estudos específicos: são definidos de acordo com a necessidade e o contexto de cada UC, a partir da análise das necessidades de dados e de planejamento.

ELEMENTOS DO PLANO DE MANEJO

A Figura 1, a seguir, mostra as relações dos elementos de um PM na abordagem atual. Embora os elementos estejam compartimentados, é importante perceber que o desenvolvimento de um PM é um processo estruturado e que todos os seus elementos estão interligados.

É importante destacar que os subsídios para interpretação ambiental não precisam ser elaborados para aquelas unidades de conservação que já possuem plano de interpretação ou que sua elaboração seja prioridade para o setor

responsável por esse planejamento específico. No caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros como o plano de interpretação é prioridade do setor responsável, não foi necessário o levantamento dos subsídios para a interpretação ambiental.

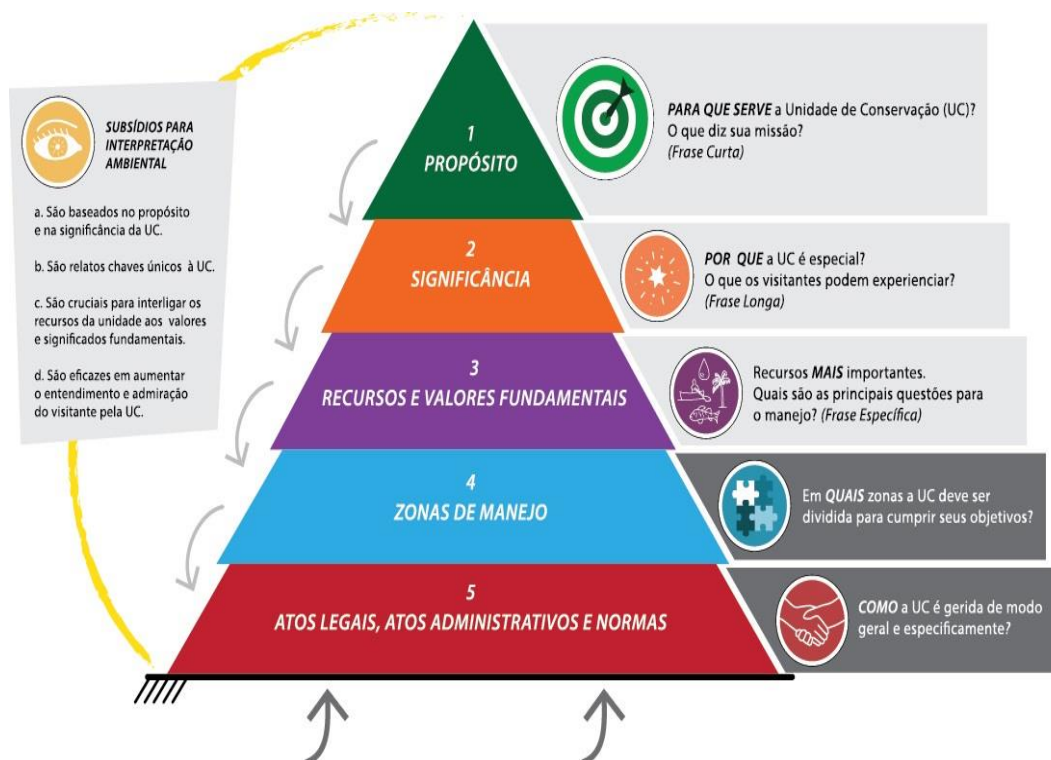


Figura 1. Relação dos Elementos que compõem do Plano de Manejo

HISTÓRICO DO PLANO DE MANEJO DO PNCV

O processo de revisão do Plano de Manejo do PNCV foi iniciado em novembro de 2017, com a elaboração da Matriz de Monitoria, que consistiu em avaliar o grau de implementação das Atividades/Subatividades previstas no Plano de Manejo de 2009. Em 2018, a equipe gestora do PNCV juntamente com a equipe da COMAN iniciaram as tratativas para a organização do planejamento que abrangeu a definição das atividades, da equipe de planejamento, o alinhamento entre as partes envolvidas e elaboração do cronograma físico-financeiro de trabalho. Em seguida, foi realizada a Monitoria do Zoneamento, na qual foram feitas propostas de ajustes no zoneamento do Plano de Manejo, para a área abrangida pelos limites antigos do PNCV, bem como indicativos de zonas de manejo para a área ampliada.

No início de 2019 deu-se início a elaboração da caracterização da unidade e em março foi realizada a reunião com o Conselho Consultivo para a apresentação da nova metodologia e do cronograma do plano de manejo. Paralelamente, foram realizadas aplicações de formulários às coordenações do ICMBio para obtenção de dados e informações do PNCV, identificando inclusive as prioridades institucionais para esta UC. A Oficina Participativa do Plano de Manejo ocorreu em maio de 2019 no Instituto Oca Brasil, na cidade de Alto Paraíso de Goiás/GO. Trinta e três pessoas participaram da Oficina, reunindo representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, de conselhos municipais e empresariado do setor de

turismo da região.

Os trabalhos de construção do PM contaram com exercícios individuais, na plenária e em grupo, culminando na construção dos elementos fundamentais e dinâmicos do Plano de Manejo desta Unidade de Conservação.

PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS

Os componentes principais de um plano de manejo incluem uma breve descrição da unidade de conservação, seu propósito, as declarações de significância, bem como os recursos e valores fundamentais. Esses componentes são considerados fundamentais porque geralmente não mudam com o tempo e devem ser considerados em planejamentos e esforços de manejo futuros.

BREVE DESCRIÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) foi criado em 11 de janeiro de 1961 pelo Decreto Federal nº 48.875, emitido pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Originalmente criado com o nome de Parque Nacional do Tocantins, tinha 625 mil hectares de área protegida, e sua criação foi para proteger áreas muito belas, repletas de recursos hídricos e uma vasta gama de fauna e flora específicas do cerrado de maior altitude do país.

A história do PNCV é marcada por ampliações e reduções de sua área, por meio de decretos como registrado na Ficha Técnica do Plano de Manejo (Quadro 1). Apenas em 2017, o Decreto de 05 de junho ampliou a área do parque para um total de 240.586,56 hectares, definindo os seguintes objetivos: I – aumentar a representatividade de ambientes protegidos; II – garantir a perenidade dos serviços ecossistêmicos; III – contribuir para a estabilidade ambiental da região onde se insere; e IV – proporcionar o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico.

Com relação ao meio físico, o Parque está localizado na zona norte da Faixa de Dobramentos e Cavalgamentos Brasília, na Província Estrutural do Tocantins. O Parque Nacional se encontra sob os Grupos Arraias e Traíras. O Grupo Arraias é caracterizado na base por complexos graníticos gnáissicos, mas estes não afloram na área do Parque, a parte metamórfica de origem sedimentar de ambiente continental aflora nas áreas em Cavalcante e são caracterizadas por metaconglomerados e quartzitos com estratificações cruzadas acanaladas. O Grupo Traíras está presente na maior área do PNCV, rochas metamórficas com sua origem de rochas sedimentares marinhas, caracterizadas por quartzitos com estratificações cruzadas e estratificações cruzadas do tipo espinha de peixe, bem como marcas de onda de maré, intercalados com metassiltitos. A Chapada dos Veadeiros faz parte da superfície de aplainamento Sul-Americana, que representa a superfície de erosão mais antiga da região, e é caracterizada por dois grandes compartimentos: o Planalto Central Goiano e a Depressão de Tocantins. As formas de relevo do PNCV são diversas, contendo planaltos, chapadas, platôs, superfícies aplainadas, inselbergs, escarpas serranas, entre outros.

Quanto ao clima, o PNCV está inserido em uma zona de transição entre os domínios dos climas da região amazônica e dos semiáridos do nordeste brasileiro. A região encontra-se submetida a um regime climático tropical semiúmido do tipo Aw, típico dos climas úmidos de savanas tropicais, com estações bem demarcadas: verão úmido e inverno seco. As estações de primavera e outono traduzem uma situação de transição entre as estações quente e úmida, reflexo do sistema atmosférico da região onde predominam correntes atmosféricas oeste, nordeste e sul.

O PNCV contém uma gama pedológica diversa, com solos característicos de áreas acidentadas e com alto grau de intemperismo. Os principais tipos de solo encontrados são: 1) Solos Litólicos álicos (Neossolo), esta classe está presente em quase toda extensão do PNCV, desde áreas onde o relevo apresenta-se ondulado ou mesmo escarpado normalmente acima de 600m, até os pontos culminantes (em torno de 1.600m), onde predominam os afloramentos rochosos em que os solos são associados à vegetação e campos rupestres. Este solo exige grande adaptação das espécies vegetais nativas, tendo em vista sua alta saturação de alumínio; 2) Latossolo Vermelho-Amarelo álico, este tipo de solo está presente nas áreas próximas a serra da Baleia, dentro do PNCV, e nas regiões do entorno das cidades de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante e São João D'Aliança, sendo o tipo de solo mais afetado pela extensão urbana desordenada; 3) Latossolo Vermelho escuro álico que predomina no município de São João D'Aliança, apresentando características marcantes como coloração brun-avermelhado-escuro, baixos teores de silte, ausência de minerais primários pouco resistentes e reduzida susceptibilidade à erosão; 4) Plintossolos, este tipo de solo pode ser encontrado ao norte do PNCV, na cidade de Cavalcante, na base da serra de Santana, em áreas de baixadas (de 400 a 500m) com relevo plano a suave ondulado. São normalmente utilizados para pecuária extensiva, em função dos campos naturais a ele associado, sendo a queimada anual a única prática de manejo adotada; 5) Gleissolo, este tipo de solo está localizado em áreas mais baixas (400 a 450 m em Cavalcante), e constituem os solos das veredas, com seus agrupamentos de buritis e pequenas matas de galeria.

A hidrografia do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e sua área de entorno estão inseridos na porção central da Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins, que possui uma extensão de aproximadamente 123.800 km², e é caracterizada por relevo elevado, com topos planos limitados por escarpas abruptas, que configuram os divisores de águas e nascentes das bacias dos rios Paranã e Maranhão.

Em termos de vegetação, o Parque está inserido no bioma Cerrado, e possui diversas fitofisionomias em seu território, como mata de galeria, mata seca, cerradão, cerrado sentido restrito, parque de cerrado, vereda, campo sujo, campo limpo e campo rupestre. Esta UC preserva algumas espécies de flora ameaçadas, como aroeira (*Miracruodruon urundeuva*), sempre-viva (*Paepalanthus chiquitensis*), arnica brasileira (*Lychnophora ericoides*) e palmito jussara (*Euterpe edulis*), por exemplo.

A diversidade de vertebrados do Cerrado é rica, sendo conhecidas 196 espécies de mamíferos, 837 espécies de aves, 184 de répteis e 113 de anfíbios e 780 de peixes. Quanto aos invertebrados, estima-se que existem cerca de 90.000 espécies. O Parque abriga espécies ameaçadas e emblemáticas, como pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*), a onça pintada (*Pantera onca*), lobo guará

(*Chrysocyon brachyurus*), o veado campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), entre outras.

Outro fator característico do Parque Nacional (bem como de todo o Cerrado) é a incidência de fogo. Esta Unidade de Conservação, de tempos em tempos, e com diversas formas de ignição, é atingida por incêndios, o que denota a importância da brigada de incêndio florestal e do manejo integrado do fogo, que é construído junto à população local.

No contexto socioeconômico, a Chapada dos Veadeiros tem como uma das principais atividades econômicas o turismo, com diversos atrativos e passeios oferecidos dentro e no entorno do Parque Nacional. Nos últimos dez anos, o número de visitantes no PNCV saltou de 20 mil para 80 mil visitantes por ano, aproximadamente.

No que se refere às ameaças, o Parque apresenta uma série de questões cruciais a serem trabalhadas, advindas de problemas que colocam em risco a sua integridade. A principal ameaça considerada é a recorrência de incêndios periódicos no auge da seca. Outra ameaça significativa que é agravada pela recorrência de incêndios é o avanço de espécies exóticas. Dentre outros ilícitos mais comuns encontrados pela equipe de fiscalização são: desmatamento ilegal, especialmente em áreas de proteção permanente; furto de madeira; ocupação irregular no entorno; assoreamento, fragmentação da cobertura vegetal; extração seletiva de espécies vegetais; e práticas agropecuárias danosas aos recursos naturais.

FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Quadro 1. Ficha técnica do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

NOME DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS (PNCV).	
Endereço da Sede	Rod GO 239, Km 36, Vila de São Jorge, Alto Paraíso de Goiás / GO CEP: 73.770-000, Caixa Postal 96
Telefone	+55 (62) 3455-1114
Chefe	Luis Henrique Mota de Freitas Neves
E-mail	pncchapadadosveadeiros@icmbio.gov.br
Superfície / área	240.611 ha
Municípios e percentuais abrangidos pela UC	Alto Paraíso de Goiás (34,40%), Cavalcante (31,43%), Nova Roma (30,25%), Teresina de Goiás (2,89%) e São João da Aliança (1,00%), Colinas do Sul (0,02%)
Unidade da Federação que abrange	Goiás
Data de Criação e Decreto	Decreto Federal nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961 cria o Parque Nacional do Tocantins, com aproximadamente 625 mil hectares. Decreto nº 70.492, de 11 de maio de 1972 altera o nome Parque Nacional do Tocantins para Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e a sua área foi reduzida em 72%, resultando em 171.924,54 ha. Decreto nº 86.596, de 17 de novembro de 1981 reduziu o Parque para 60.000 ha, representando apenas 9,6% do Parque original. Decreto nº 99.279, de 06 de junho de 1990 declarou uma pequena ampliação do Parque, cresceu até 65.514,725 ha (10% da área original). Ampliação (limites atuais): Decreto sem nº de 05 de junho de 2017, com 240.611 hectares.
Bioma	Cerrado

LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

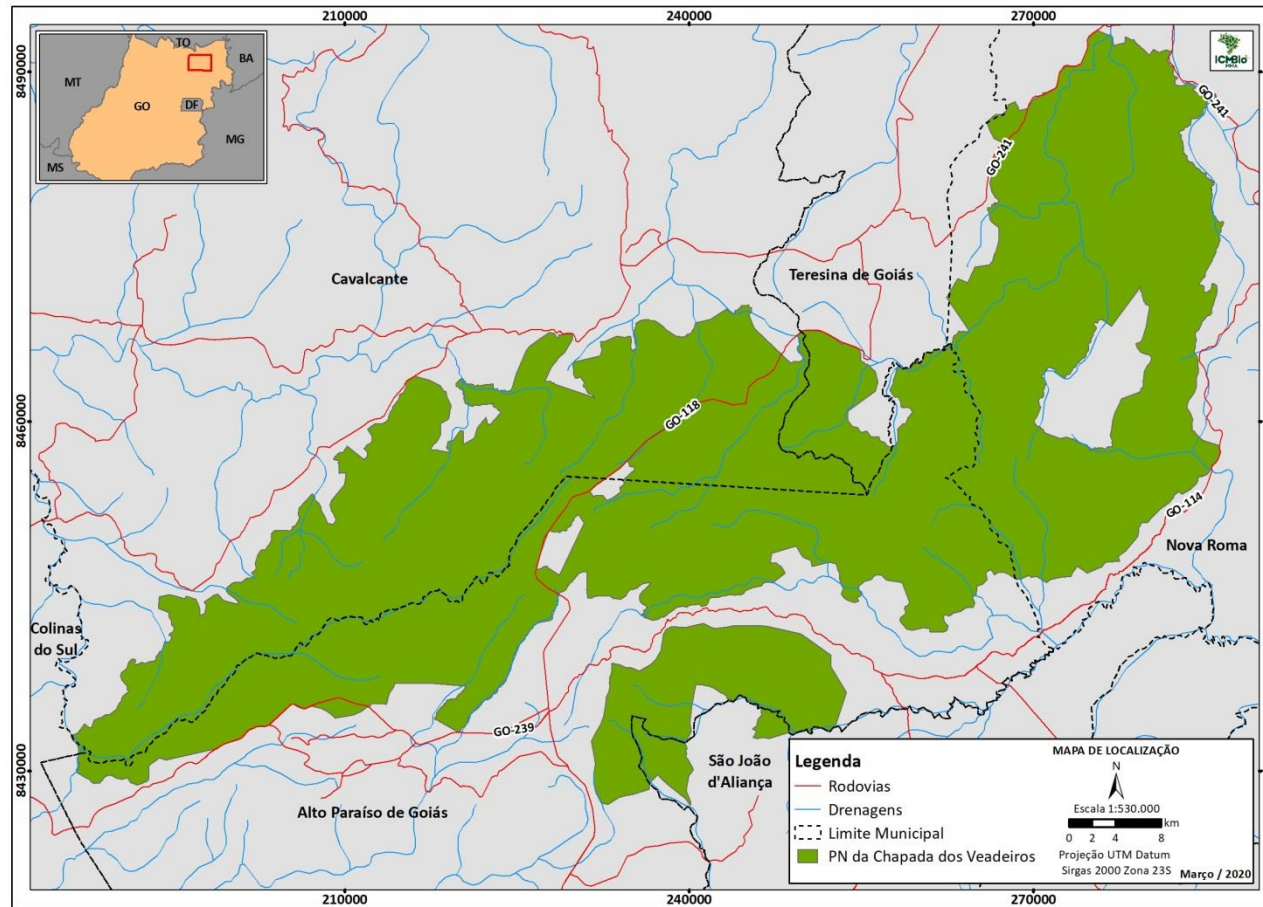


Figura 2. Mapa de localização do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

PROPÓSITO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

O propósito de uma UC está baseado em uma análise cuidadosa da razão de sua existência, incluindo os estudos prévios à criação, os objetivos previstos no decreto de criação e os da categoria de manejo, conforme a Lei nº 9.985/2000 (SNUC), podendo ser incluídos outros elementos considerados muito relevantes e que não foram identificados à época da criação da UC. Além de conectada com a missão do ICMBio, a declaração de propósito estabelece o alicerce para o entendimento do que é mais importante acerca da UC e vai além de apenas reafirmar o decreto de criação.

O propósito elaborado para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi o seguinte:

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, concebido para conservar excepcionais valores naturais, em virtude da ocupação recente do centro do país e da transferência da Capital Federal, protege a maioria dos ambientes representativos típicos do Cerrado em uma única Unidade de Conservação, abriga as mais altas nascentes da bacia do Rio Tocantins na região de maior altitude do Planalto Central e proporciona desenvolvimento associado à diversidade sociocultural da região, sendo importante destino para a recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.

DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA

Declarações de significância expressam porque os recursos e valores de uma UC são importantes o bastante para justificar a sua criação e integração ao sistema federal de UC. Tais declarações devem estar diretamente associadas ao propósito da UC e têm como base o conhecimento disponível, as percepções culturais e o consenso. As declarações de significância descrevem a natureza única da UC, bem como porque a área é importante no contexto global, nacional, regional e sistêmico, inclusive pela provisão de serviços ecossistêmicos, que podem ser especificados. Tais declarações são usadas para orientar as decisões relativas ao manejo e ao planejamento, a fim de garantir a preservação dos recursos e valores que contribuem com a qualificação da UC.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros conta com 06 (seis) declarações de significância:

- Os processos geológicos datados de cerca de 1,7 bilhão de anos, com toda a sua complexidade, proporcionam uma enorme diversidade de paisagens, formas de relevo e fitofisionomias, entre as quais se destacam formações relevantes para conservação como: veredas, cerradão, campos rupestres, matas secas, murundus, que compõem uma constelação de vegetações e garantem alta beleza cênica, especialmente quando somados às espetaculares cachoeiras, cânions, serras e morros, tais como: Saltos do Rio Preto, Serra Santana, Fenda das Fiandeiras, Rio Macacão, Cachoeira Santana, Jardim de Maytrea, Morro da Baleia, Morro do Buracão, Cachoeira da Forquilha, Cachoeira do Vãozinho, Serra Tabocas¹, Cachoeira do Simão

¹A Serra Tabocas é conhecida localmente como Serra do Pica Pau.

Correia, Sete Lagoas, além do Pouso Alto, região mais alta do Planalto Central.

- O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, reconhecido como Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO e coração da Reserva da Biosfera do Cerrado, protege extensas porções de formações campestres e savânicas de altitude², como as encontradas nas serras do Pouso Alto e do Paranã, com nascentes abundantes, cristais, veredas de buritis, veados, lobos e delicadas flores endêmicas, traduzindo inigualável vastidão e revelando o céu, a luz, a visão e a sensação de liberdade do Planalto Central.
- O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros protege uma riqueza diferenciada da flora e fauna do Cerrado de altitude, destacando-se vegetações sob influência do ambiente rochoso (cerrado rupestre e campo rupestre) que possuem alto grau de endemismo e elevados índices de biodiversidade por área amostrada, incluindo espécies raras, ameaçadas e algumas recém descritas.
- Inserido em uma região conhecida como berço das águas, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros protege áreas de recarga de aquíferos e centenas de nascentes nas porções mais altas do Planalto Central que abastecem a bacia do Rio Tocantins-Araguaia, a maior bacia de drenagem exclusivamente brasileira. Sua fartura de águas puras e cristalinas é o atributo mais procurado pelos visitantes, que se encantam com o desfile das águas nas diversas cachoeiras, poços, rios e córregos locais.
- O conjunto de atributos protegidos pelo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros tais como biodiversidade, cachoeiras e cenários exuberantes, destacando-se vastos lindos campos cortados por veredas, com morros e serras ao fundo, como o Jardim de Maytree, associado às interações humanas positivas, transformadoras e acolhedoras, possibilitam múltiplas experiências em contato com a natureza, permitindo ao visitante a renovação pelo ar puro, água limpa, silêncio, contemplação, conhecimento, recreação, aventura e misticismo.
- A região onde o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros se insere apresenta diversas expressões do conhecimento tradicional e contemporâneo, conectadas à interação com a natureza e história de ocupação², tais como manifestações religiosas, festivas e artísticas, mitos, uso de plantas medicinais e a culinária, que se traduzem em grande riqueza cultural. Essa valoriza e fortalece o encontro, o qual contribui com a formação de cidades e vilas do entorno, tanto pequenas quanto cosmopolitas.

RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Os recursos e valores fundamentais são aqueles aspectos ambientais (espécies, ecossistemas, processos ecológicos), sociais (bem-estar-social), econômicos,

² Classificação de Ribeiro e Walter, 2008. Formações campestres incluem campos limpo (úmido e seco), campos sujos (úmido e seco) e campos rupestres. Verificar se conseguimos confirmar a vegetação específica dessa área.

culturais, históricos, paisagísticos e outros atributos, incluindo serviços ecossistêmicos, que em conjunto são representativos de toda a UC. Estão intimamente ligados ao ato legal de criação da UC e são mais específicos que as declarações de significância.

Uma das responsabilidades mais importantes dos gestores de UC é garantir a conservação e o desfrute público das qualidades que são essenciais (fundamentais) para atingir o propósito da UC e manter sua significância. Essas qualidades são os recursos e valores fundamentais, que serão levados em conta, prioritariamente, durante os processos de planejamento. Se os recursos e valores fundamentais forem degradados, o propósito e significância da UC podem estar em risco.

Abaixo os recursos e valores fundamentais identificados e suas respectivas descrições para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros:

GEODIVERSIDADE: A região do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros se insere na superfície de aplainamento sulamericana, uma das feições geomorfológicas mais antigas do Planalto Central e é importante local de encontro de três grandes grupos geológicos: Supergrupo Veadeiros, Grupo Paranoá e Grupo Bambuí, de idades distintas. O encontro tectônico entre esses grupos é o que faz a geomorfologia da região ser excepcional. Ao longo do tempo, as paisagens foram moldadas e intemperizadas, favorecendo a criação de chapadas, serras, cânions, vãos e cachoeiras. Toda essa diversidade geológica resulta em uma diversidade formidável de paisagens, que é a base para a biodiversidade única e singular presente na região. Os processos geológicos associados aos ecológicos e a grande variação de altitude contribuem ainda para a existência de inúmeros atrativos e possibilidades de recreação e experiências em contato com a natureza.

ÁGUA: O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e sua área de entorno estão inseridos na Bacia Tocantins Araguaia, caracterizada por relevo elevado, com topos planos limitados por escarpas abruptas que configuram os divisores de águas e nascentes das bacias dos rios Paranã e Maranhão. Esses cursos d'água que correm em vales profundos e estreitos, marcados por rupturas de declive, que favorecem o aparecimento de cachoeiras e corredeiras, de extrema importância para o desenvolvimento de atividades turísticas.

A proteção das nascentes, áreas de recargas de aquíferos e de seus frágeis ambientes mantenedores, favorecem a sustentação da vazão dos corpos hídricos, tais como os Rios: Preto, São Bartolomeu, das Almas, das Pedras e do Forte. A manutenção deste ciclo hidrológico é determinada pela proteção das matas ciliares, campos úmidos, mata de galeria, nascentes e veredas, propiciando serviços ecossistêmicos para além dos seus limites, tais como regulação climática e fornecimento de água para: dessedentação, agricultura, áreas urbanas e geração de energia.

FLORA ENDÊMICA E AMEAÇADA: A vegetação na área do Parque é caracterizada por uma alta diversidade de fisionomias naturais onde é possível

encontrar formações florestais, savânicas e campestres. Extensos campos mais secos nos interflúvios e inundáveis nas baixadas são cortados por veredas e matas de galeria acompanhando os cursos d'água. Nas áreas mais altas e de solos pedregosos com afloramentos de quartzito são encontrados os cerrados rupestres. Nos contatos geológicos ao norte e a leste encontramos matas secas de encosta. A história geológica singular, a geomorfologia, e os solos condicionam esta diversidade de paisagens que por sua vez permitiu a evolução de uma flora rica em espécies adaptadas a estes ambientes adversos, caracterizados por solos pobres em nutrientes, ácidos, rasos ou inundados; formando ecossistemas marcados pela recorrência de fogo.

Alguns destaques são encontrados no Parque como espécies recém-descobertas da flora, tais como o novo gênero de gramínea *Alto paradisium* e a nova espécie *Triraphis devia*; e espécies de flora raras ou endêmicas como a *Maytenus chapadensis*, *Eremanthus veadeiroensis* e *Chamaecrista cavalcantina*.

FAUNA: Por ser uma das últimas grandes áreas preservadas do Cerrado, protegendo vastas porções de Cerrado de altitude, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros abriga fauna dependente de grandes extensões territoriais e muitas espécies ameaçadas pela redução de habitats.

O Parque contém populações viáveis de grandes mamíferos, como a onça pintada (*Panthera onca*), o lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*) e o veado campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), que possui intrínseca relação com a origem do nome Chapada dos Veadeiros³. São espécies ameaçadas de extinção aparentemente em boas condições no PNCV, o tamanduá bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e o tatu canastra (*Priodontes maximus*). O morcego-beija-flor (*Lonchophylla dekeyseri*) e a catita (*Monodelphis rubida*), merecem uma atenção especial, pois além de estarem em risco de extinção, essas espécies são endêmicas para o bioma Cerrado.

Em relação às aves, o Parque protege a maior ave da América do Sul, a Ema (*Rhea americana*), além de abrigar 07 espécies que se encontram na lista de espécies brasileiras ameaçadas de extinção: pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*), o papa-moscas-do-campo (*Culicivora caudacuta*), Galito (*Alectrurus tricolor*), socó-jararaca (*Tigrisoma fasciatum*), tico-tico-de-máscara-negra (*Coryphasiza melanotis*), andarilho (*Geobates poecilopterus*), codorna (*Nothura minor*) e carapé (*Taoniscus nanus*), sendo que as três últimas espécies são endêmicas para o Cerrado.

Para os anfíbios, são registradas diversas espécies de anuros endêmicas do Cerrado, como o sapo-de-chifre (*Proceratophrys goyana*); as pererecas (*Hylapseudo pseudis* e *Hyla rubicundula*); o *Colosthetus goianus*; *Leptodactylus tapeti*; o sapo-fusquinha (*Odontophrynus salvatori*) e o *Bufo ocellatus*. Entre os reptéis, são registradas espécies de lagartos como calango-roseta (*Hoplocercus spinosus*), *Norops meridionalis*, *Tropidurus oreadicus*, *Tropidurus itambere*,

³ Durante a Oficina de revisão do Plano de Manejo, participantes contaram que a origem do nome Chapada dos Veadeiros vem do antigo povoado Veadeiros, local em que moravam caçadores e cães que caçavam veados. Atualmente o povoado Veadeiros é a cidade de Alto Paraíso.

Bachiabress laui e *Micrablepharus atticolus*, como espécies endêmicas do Cerrado.

Em termo de icitofauna, o represamento provocado pela UHE Serra das Mesas acarretou impactos severos sobre a biodiversidade da região, incluindo a interrupção da rota de migração de determinadas espécies de peixes (ICMBio, 2009). No PNCV são registradas: Curimatá (*Prochilodus nigricans*); Piau (*Leporinus riderici*), Aboatoado (*Pseudodoras niger*); Mandi (*Pimelodus blochii*); *Hypostomus marginatus* e *Geophagus cf. surinamensis*.

Entre os insetos destacam-se as mais de 160 espécies de abelhas que fazem seus enxames no interior do Parque, brindando o entorno com a polinização e fertilização de seus cultivos.

PATO MERGULHÃO: As áreas do Parque com nascentes e rios em bom estado de conservação, constituem áreas de refúgios ecológicos e preservação da fauna silvestre, com destaque para o pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*), reconhecido como o Embaixador das Águas Brasileiras, uma das espécies mais raras e ameaçadas de extinção em toda a região neotropical, sendo o único representante do gênero desse grupo no hemisfério sul. Uma das poucas espécies de aves brasileiras adaptadas a rios montanhosos, ele habita rios, riachos e ribeirões de água limpa e corrente, margeados de florestas e matas ciliares conservadas, onde mergulha intensamente nas corredeiras e, com sua visão acurada, pesca presas vivas (peixes e insetos aquáticos). Por estas particularidades, essa espécie é considerada um excelente bioindicador.

FOGO MANEJADO: No Cerrado, ao longo do tempo, o fogo natural causado por descargas elétricas veio modelando as paisagens e interferindo na regulação climática, compondo com outros processos ecológicos as condições que resultaram na diversidade encontrada atualmente no bioma.

Embora o fogo, ao assumir sua face mais destrutiva e descontrolada na forma dos incêndios, deva ser evitado, em certas condições específicas, o fogo quando manejado, é uma força da natureza que pode vir a contribuir para a manutenção da diversidade nos ambientes de Cerrado mais adaptados e é também reconhecido como um instrumento de vida e um valor cultural de populações humanas na região da Chapada dos Veadeiros.

No Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros o fogo manejado favorece a rebrota e o uso dos ambientes pela fauna, é uma ferramenta de conservação dos ambientes de Cerrado mais sensíveis aos grandes incêndios, tais como matas de galeria, nascentes e veredas. Além de ser utilizado para controle de espécies exóticas como parte do processo de restauração ecológica do Cerrado.

LABORATÓRIO PARA A RECUPERAÇÃO/RESTAURAÇÃO DE FORMAÇÕES CAMPESTRES E SAVÂNICAS: A preservação de amostras significativas das diversas fitofisionomias do Cerrado faz com que o PNCV constitua imprescindível banco genético *in natura* desse bioma brasileiro e um laboratório vivo que possibilita a geração e difusão de conhecimento, o aprimoramento de técnicas e aplicação de práticas inovadoras sobre a recuperação/restauração de

formações campestres e savânicas, com menor custo e alta eficácia. A pesquisa científica e as ações pioneiras de restauração, internacionalmente reconhecidas, contam com a forte participação da comunidade local e permitem ganhos ambientais, dentro e fora da unidade, bem como importantes benefícios econômicos e sociais para além da Chapada dos Veadeiros.

DIVERSIDADE DE ATIVIDADES E ATRATIVOS: O Parque reúne em um único lugar uma ampla gama de atrativos que possibilita diversas experiências na natureza, como: caminhada, travessias de longo percurso, cachoeirismo, observação de aves, atividades com fins educacionais e científicos, contemplação, campismo, observação astronômica, cicloturismo, canionismo, escalada, práticas desportivas, religiosas e místicas. Ao longo dos anos esse potencial vem sendo revelado e desfrutado com apoio de condutores de visitantes e guias de turismo que ajudaram a consolidar as atividades na região, atraindo grande diversidade de público e possibilidades de negócios associados ao turismo.

HISTÓRIA E CULTURA FAVORÁVEIS À CONSERVAÇÃO: A região da Chapada dos Veadeiros remonta uma história de ocupação desde os indígenas Ava-Canoeiro, Crixás e Goyazes; os bandeirantes, os descendentes de africanos, conhecidos como Kalungas, os garimpeiros de cristal-de-quartzo da Chapada, e “chegantes”, que a partir da década de 80, com outro objetivo de vida que era buscar uma alternativa à rotina estressante dos centros urbanos e maior disposição para a conservação ambiental promoveram a criação de inúmeras Reservas Particulares do Patrimônio Natural⁴.

Esses diferentes níveis de interação humana com os lugares e recursos naturais associados ao Cerrado são evidenciados nos modos de vida, crenças e festejos locais, como Folia de Reis, Divino Espírito Santo, Caçada da Rainha, Nossa Senhora da Abadia, Córrego Maria, Festa de São Sebastião, Festa de São Jorge, Festa de São Sebastião das Lajes, Festa do Caju e festivais contemporâneos, como Raízes, Aldeia Multiétnica e o Festival de Culturas Tradicionais, e complementam as experiências do visitante na Chapada dos Veadeiros.

PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS

Os componentes dinâmicos incluem a análise dos recursos e valores fundamentais, a identificação e análise de questões-chave, e a posterior avaliação e priorização das necessidades de dados e de planejamentos. Esses componentes são dinâmicos porque podem mudar com o tempo, o que é esperado, uma vez que o contexto em que as UCs estão inseridas também é

⁴Atualmente existem 26 RPPNs (24 federais e 2 estaduais), num total de 42 áreas protegidas que compõem o Mosaico Veadeiros-Paraná de Áreas Protegidas. Desde 1961, todas as esferas públicas e privadas criaram unidades de conservação na região, resultando em aprox. 1,5 milhões de ha de áreas protegidas no território.

mutável ao longo do tempo, fazendo com que o planejamento e o manejo da UC tenham que ser adaptados para responder às novas ameaças e desafios. Portanto, este componente do plano de manejo deve ser adaptado e aprimorado conforme avança a gestão da UC.

LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTOS

Uma vez identificados os componentes fundamentais (Parte 1), é importante relacionar e avaliar a informação existente sobre os recursos e valores fundamentais (RVF) da UC e desenvolver uma análise completa das necessidades de dados e planejamentos visando proteger os RVF e assegurar o propósito e a significância da unidade. A avaliação das necessidades de dados e planejamento delinea questões importantes a planejar, os projetos que irão contemplar tais questões e os requisitos de informações relacionadas, como é o caso, por exemplo, de inventário de recursos e coleta de dados, inclusive dados no contexto de um sistema de informações geográficas (SIG).

Há três passos na avaliação dos recursos e valores fundamentais:

1. Análise dos recursos e valores fundamentais, que inclui o levantamento das necessidades de dados e planejamento associados a cada RVF;
2. Identificação de questões-chave e das necessidades de dados e planejamentos associadas; e
3. Priorização das necessidades de dados e das necessidades de planejamento.

As necessidades de dados são informações provenientes de inventários, estudos, atividades de pesquisa e análises para fornecer conhecimento adequado sobre as condições e tendências dos RVF da UC, bem como as informações necessárias para elaborar e executar com êxito um planejamento específico.

As necessidades de planejamento são definidas visando à proteção de algum RVF ou a melhoria na sua condição atual. Os planejamentos específicos incluem um conjunto de ações e atividades destinadas a proteger os RVF, propósito e significância da UC, e devem ser desenvolvidos pela equipe da UC em conjunto como setor do ICMBio responsável pelo assunto em questão.

Todos estes aspectos identificados nesta seção são destinados a proteger os recursos e valores fundamentais, a importância e a finalidade da UC, além de abordar questões-chave, adicionais no enfrentamento dos problemas elencados.

ANÁLISE DOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

A análise de recursos e valores fundamentais contém um diagnóstico rápido, que aponta as condições atuais, tendências, ameaças, necessidades de dados, necessidades de planejamento e oportunidades relacionadas ao manejo do recurso ou valor.

Uma das responsabilidades mais importantes da equipe da UC é garantir a conservação e o desfrute público das qualidades que são essenciais

(fundamentais) para atingir o propósito da UC e manter sua significância. Essas qualidades são os recursos e valores fundamentais, que serão levados em conta, prioritariamente, durante os processos de planejamento e manejo porque são essenciais para atingir o propósito da UC e manter sua significância. Se os recursos e valores fundamentais forem degradados, o propósito e a significância da UC podem estar em risco.

Os recursos e valores fundamentais foram desenvolvidos pelos participantes da oficina do plano de manejo e refinados na etapa de estruturação do planejamento. Eles contêm um enunciado, cujos aspectos abordados estão contemplados nas respectivas análises de contexto, e a partir destes foi consolidada a necessidade de dados e planejamento.

A sistematização desta análise para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros encontra-se nos quadros a seguir e foi elaborada com base nos diagramas constantes do anexo 1 deste Plano de Manejo.

O RVF “Geodiversidade” apresenta duas condições e duas tendências. A primeira condição está relacionada aos limites antigos do parque que se encontra em bom estado de conservação, porém com a tendência de piora pontual pela dificuldade de ordenamento de alguns atrativos e da ocupação do entorno. Em relação à segunda condição que trata da área ampliada apresenta alguns pontos de degradação, mas é desconhecida de forma geral, o que resulta em uma tendência de buscar mais informações para o conhecimento e gestão do território. Ameaças como a ocupação desordenada existente no entorno e a falta de manejo/ordenamento da visitação (exceção do setor de visitação de São Jorge) contribuem para o cenário indicado na tendência. Por isso foi sugerido o levantamento de dados como a espacialização das ameaças e geosítios mais importantes, o reconhecimento da área ampliada e a necessidade de mapas em escala adequada para a gestão da UC. Além disso, foi proposto um Plano de Proteção; Plano de Uso Público e o Planejamento de gestão socioambiental que tem como principais objetivos comunicação e articulação com o entorno, Prefeituras e comunidades.

Quadro 2. Análise do RVF “Geodiversidade”.

GEODIVERSIDADE	
Condição	Para os limites antigos (Decreto nº 86596 de 1981) é considerada boa.
	Área ampliada - desconhecida em geral, com alguns pontos de degradação.
Tendência	Piora pontual pela dificuldade de ordenamento de alguns atrativos e da ocupação do entorno.
	Ter mais informações, conhecimento e gestão do território.
Ameaças	Ocupação desordenada já existente no entorno.
	Falta de Manejo/ordenamento da visitação (exceção do setor de visitação de São Jorge).
Necessidade de dados e/ou informações geográficas	Espacialização das ameaças e geosítios mais importantes.
	Reconhecimento da área ampliada.
	Necessidade de mapas em escalas adequada para a gestão.
Necessidade de planejamento	Planejamento de proteção com as seguintes ações: Ações de proteção e fiscalização; Articulação com IBAMA, SEMAD e

	Polícia Federal para ações integradas; Acompanhar o cumprimento das condicionantes do licenciamento das rodovias próximas ao Parque.
	Plano de Uso Público com as seguintes ações: reconhecimento e implantação dos novos atrativos; e atualizar inventário de atrativos e atividades.
	Planejamento de gestão socioambiental incluindo as seguintes ações: comunicação com o entorno; participação do processo de ordenamento territorial dos municípios e fóruns de decisão; e Articulação com as Prefeituras e comunidades do entorno imediato para regramento e cumprimento.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros desempenha um importante papel na conservação dos recursos hídricos, contribuindo com a Bacia Tocantins Araguaia. De acordo com a análise do RVF “Água”, as nascentes e os rios estão em bom estado de conservação, mas há pouca informação qualificada, tanto em relação ao interior da UC como no nível local e regional. Há uma tendência em manter as boas condições atuais, porém em relação aos Vales: Macaco; São Bartolomeu e Pedras a tendência é diminuir a qualidade de água. Há ameaças que ocorrem no entorno como poluição, ocupação desordenada, uso de agrotóxico, aumento do consumo de água para agricultura, e também no interior da UC como o turismo desordenado que pode contaminar os cursos de águas com lixo, química na água, entre outros. Foi identificada a necessidade de gerar parâmetros de qualidade de água, esta ligada diretamente a necessidade de plano de pesquisa. Além de outras necessidades de planejamento como: Plano de Uso Público, Planejamento de Proteção, Gestão Socioambiental e a Gestão da Bacia do Preguiça, visando cessar os impactos oriundos da Vila de São Jorge.

Quadro 3. Análise do RVF “Água”.

ÁGUA	
Condição	Boa qualidade de água.
	Pouca informação qualificada, específica e local/regional.
	Diminuição (no Vale do macaco/Vale São Bartolomeu/Pedras).
Tendência	Manter as condições atuais.
	Poluição (disposição de resíduos e efluentes, por exemplo, lixão de Alto Paraíso).
	Turismo desordenado (lixo na trilha, química na água, entre outros).
	Uso de agrotóxicos no entorno.
	Ocupação do entorno (em áreas frágeis susceptíveis a erosão e aumento da abertura de poços).
	Aumento de consumo (em especial para a agricultura) .desordenado
	Mudanças Climáticas.
Necessidade de dados e/ou informações geográficas	Gerar parâmetros de qualidade da água (marco zero que sirva como referência para ações de proteção).

Necessidade de planejamento	Plano de Uso Público com as seguintes ações: ações para o reconhecimento e implantação dos novos atrativos; e atualizar inventário de atrativos e atividades.
	Planejamento de proteção com as seguintes ações: Ações de proteção e fiscalização; Articulação com IBAMA, SEMAD e Polícia Federal para ações integradas; Acompanhar o cumprimento das condicionantes do licenciamento das rodovias próximas ao Parque.
	Gestão Socioambiental com as seguintes ações: Integração do Parque nos processos de ordenamento regional e local; Integração com os planos de resíduos sólidos e saneamento; integrar a gestão da UC com a Gestão de Recursos Hídricos locais.
	Plano de pesquisa que considere recursos hídricos e serviços ecossistêmicos associados.
	Gestão da Bacia do Preguiça, com as seguintes ações: Articular ações para cessar os impactos vindo de São Jorge; articular ações para recuperar a bacia.

Para o RVF “Flora endêmica e ameaçada” a condição é boa para os ambientes resistentes ao fogo e preocupante para os ambientes mais sensíveis ao fogo, porém a tendência é melhorar os ambientes com a implementação do Manejo Integrado do Fogo (MIF). As principais ameaças são: Espécies invasoras da flora; Fragmentação de habitats em decorrência da agropecuária e ocupação do entorno; Incêndios; e Extração seletiva de madeira, como a Aroeira, além de outras espécies para uso não madeireiro. Há necessidade de informações mais consolidadas e estratégicas sobre a extração seletiva de madeira e de não madeireiros, visando maior efetividade no planejamento e ações de proteção. Há necessidade de mapeamento e maior conhecimento sobre espécies invasoras e domésticas para subsidiar o “Plano de Controle de espécies invasoras e restauração de áreas degradadas” e o Planejamento de Gestão Socioambiental. O conhecimento e espacialização das áreas de ocorrência das espécies endêmicas e ameaçadas fornecerão subsídios para o Plano de Pesquisa. Por fim, o Planejamento de educação ambiental para o entorno tem como objetivo a conscientização ambiental para minimizar as ameaças e os impactos sobre a UC.

Quadro 4. Análise do RVF “Flora Endêmica e Ameaçada”.

FLORA ENDÊMICA E AMEAÇADA	
Condição	Condição geral boa para os ambientes resistente ao fogo - exemplos: formações campestres e savânicas.
	Condição preocupante para os ambientes mais sensíveis ao fogo - exemplos: Matas Ciliares, Matas de Encosta e Veredas.
Tendência	Melhora com a implementação do MIF.
Ameaças	Espécies invasoras (flora).
	Fragmentação de habitats em decorrência da agropecuária e ocupação do entorno.
	Incêndios.
	Extração seletiva de madeira (exemplo Aroeira) e outras espécies de usos não madeireiros.

Necessidade de dados e/ou informações geográficas	Gerar informação de inteligência sobre a extração seletiva de madeira e não madeireiros.
	Mapeamento e maior conhecimento sobre invasoras e domésticas.
	Conhecimento e espacialização das áreas de ocorrência mais importantes para as espécies endêmicas e ameaçadas.
Necessidade de planejamento	Planejamento de proteção com as seguintes ações: Ações de proteção e fiscalização; Articulação com IBAMA, SEMAD e Polícia Federal para ações integradas; Acompanhar o cumprimento das condicionantes do licenciamento das rodovias próximas ao Parque.
	Plano de pesquisa e monitoramento com as seguintes ações: Gerar conhecimento sobre a condição e ecologia das espécies que permita priorizar ações.
	Planejamento de educação ambiental para o entorno, com as seguintes ações: Educar para a conservação – foco nas escolas locais para aproximação com o Parque e participar dos eventos no entorno com objetivo de conscientização ambiental.
	Planejamento de gestão socioambiental incluindo as seguintes ações: comunicação com o entorno; participar do processo de ordenamento dos municípios e fóruns de decisão; e articulação com as Prefeituras e comunidades do entorno imediato para regramento e cumprimento.
	Plano de controle de espécies invasoras e de restauração de áreas degradadas.

Em relação ao RVF “Fauna” não há informação suficiente para definir o status de conservação das espécies, porém com a implantação dos Planos de Ação e Projetos de Pesquisa a tendência é aumentar o nível de informação e conhecimento da fauna. As principais ameaças que impactam a fauna são: espécies invasoras, em especial animais domésticos; atropelamento da fauna nas rodovias; incêndios; caça concentrada na face norte do Parque; e atividades agropecuárias que possuem como consequência a perda e fragmentação de habitats. Com o intuito de minimizar as ameaças sobre o RVF “Fauna” serão necessários alguns dados, como: informação que apoie a gestão das espécies como ecologia, áreas e períodos críticos; informações mais estratégicas da caça, monitoramento de atropelamento e mapeamento das espécies invasoras e domésticas. Além disso, estão previstas cinco necessidades de planejamentos listadas no Quadro 5.

Quadro 1. Análise do RVF “Fauna”.

FAUNA	
Condição	Informação insuficiente para definir o status de conservação das espécies.
Tendência	Melhorar o grau de informação para canídeos com a implantação do PAN, para carnívoros em função do coletivo de pesquisadores do “Programa Carnívoros da Chapada” e para os demais grupos a tendência é de manutenção do status da conservação.
Ameaças	Espécies invasoras (animais domésticos).

	Rodovias/atropelamentos (raposinha, lobo guará e etc.)
	Incêndios.
	Caça na face norte do PNCV (Cavalcante, Rio Preto e Nova Roma).
	Atividades agropecuárias que levam a perda e fragmentação de habitat.
Necessidade de dados e/ou informações geográficas	Gerar informação que apoie a gestão das espécies: ecologia, áreas e períodos críticos.
	Gerar informação de inteligência sobre as ameaças de caça.
	Monitoramento de atropelamentos.
	Mapeamento e maior conhecimento sobre invasoras e domésticas.
Necessidade de planejamento	Planejamento de proteção com as seguintes ações: Ações de proteção e fiscalização; Articulação com IBAMA, SEMAD e Polícia Federal para ações integradas; Acompanhar o cumprimento das condicionantes do licenciamento das rodovias próximas ao Parque.
	Plano de pesquisa e monitoramento com as seguintes ações: Gerar conhecimento sobre a condição e ecologia das espécies que permita priorizar ações.
	Planejamento de educação ambiental para o entorno, com as seguintes ações: Educar para a conservação – foco nas escolas locais para aproximação com o Parque e participar dos eventos no entorno com objetivo de conscientização ambiental.
	Planejamento de gestão socioambiental incluindo as seguintes ações: comunicação com o entorno; participar do processo de ordenamento dos municípios e fóruns de decisão; e articulação com as Prefeituras e comunidades do entorno imediato para regramento e cumprimento.
	Plano de controle de espécies invasoras e restauração de ambientes.

O RVF “Pato Mergulhão” é uma espécie rara e ameaçada de extinção. No Parque, não há informação suficiente para o manejo da espécie, porém com a implantação do PAN do Pato Mergulhão o cenário tende a melhorar. Somado ao PAN, há necessidade de informações da espécie, ter mais clareza das ameaças de atividades relacionadas ao Uso Público em relação à espécie, levantar os ninhos e áreas de ocorrência, além de conhecer os locais mais adequados para a soltura. Estas informações subsidiarão o Plano de Uso Público, Plano de pesquisa e Plano de Manejo Integrado do Fogo.

Quadro 6. Análise do RVF “Pato Mergulhão”.

PATO MERGULHÃO	
Condição	Informação insuficiente para subsidiar o manejo da espécie.
Tendência	Melhorar com a implementação do PAN Pato Mergulhão, com as ações de pesquisa e com a consideração de áreas sensíveis nas ações de manejo do fogo.

Ameaças	Uso público, em especial na fase reprodutiva
	Incêndios nas matas ciliares e de galeria
Necessidade de dados e/ou informações geográficas	Gerar informação que apoie a gestão das espécies: ecologia, áreas e períodos críticos.
	Conhecer melhor as ameaças que o Uso Público acarreta a espécie.
	Monitoramento com levantamento de ninhos, área de ocorrência e etc.
	Conhecer locais adequados para soltura.
Necessidade de planejamento	Plano de Uso Público, com foco no monitoramento e manejo de impactos das atividades relacionadas ao Pato Mergulhão.
	Plano de pesquisa e monitoramento com foco no conhecimento da condição da espécie, biologia e ecologia básica para a priorização de ações.
	Fazer o MIF considerando as áreas sensíveis (nidificação) e períodos críticos (período de reprodução) para a espécie.

O manejo do fogo realizado de forma integrada e controlada pode ser utilizado a favor da conservação da flora e na redução de grandes incêndios florestais. O fogo manejado no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi introduzido pelas queimas prescritas e com a implementação do MIF, a tendência é aumentar o conhecimento sobre os efeitos do fogo, diminuir a recorrência de grandes incêndios tardios e redução da quantidade do dano causado e da área atingida. O fogo manejado é recurso fundamental para a conservação do Cerrado, porém ameaças como incêndios, acirramento de conflitos fundiários, redução de recursos para o MIF e a própria não consolidação do MIF por uma decisão institucional, podem extinguir o MIF. Por isso, a principal necessidade de planejamento é o Plano de MIF, que busca regimes do fogo apropriados para os ecossistemas, contendo os objetivos, zonas e calendários de manejo do fogo, os alvos de conservação, as ações de pesquisa, monitoramento, gestão do conhecimento e preparação para o combate.

Quadro 7. Análise do RVF “Fogo Manejado”.

FOGO MANEJADO	
Condição	Recorrência de grandes incêndios tardios.
	Introdução de queimas prescritas.
	Conhecimento intermediário sobre os efeitos do fogo (Pesquisa & Monitoramento).
Tendência	Com o manejo do fogo, diminuição do número de ocorrências de incêndios no auge da seca.
	Aumento do conhecimento sobre os efeitos do fogo (Pesquisa e Monitoramento).
	Redução da quantidade do dano causado e da área atingida por grandes incêndios tardios.
Ameaças	Incêndios de origem antrópica (variadas causas: retaliação, piromania, acidental, etc.).

	Redução de recursos para MIF (redução do efetivo, falta de equipamentos).
	Acirramento de conflitos, especialmente fundiários.
	Não consolidação do MIF.
Necessidade de dados e/ou informações geográficas	Pesquisas sobre impactos positivos e negativos dos diferentes regimes de fogo sobre a biodiversidade, solo, recursos hídricos, clima, etc.
Necessidade de planejamento	Plano de MIF, buscando regimes do fogo apropriados para os ecossistemas, contendo os objetivos, zonas e calendários de manejo do fogo, os alvos de conservação, as ações de pesquisa, monitoramento, gestão do conhecimento e preparação para o combate.

Ao avaliar o RVF “Laboratório para recuperação/restauração de formações campestres e savânicas” foi consenso que os principais fatores que conferem ao Parque uma condição boa para a pesquisa científica são a infraestrutura existente (alojamentos), a facilidade de acesso, a UC ter ambientes preservados e outros com presença de espécies exóticas invasoras. Há projetos inovadores com aperfeiçoamento de técnicas em execução e a tendência é que os mesmos sejam mantidos. Entretanto, é bom considerar ameaças que afetam direta e indiretamente este RVF como: limitação de recursos financeiros; manejo e uso inadequado de espécies exóticas; dispersão de gramíneas exóticas invasoras por vários meios; ocupação na área de entorno da UC e os incêndios florestais. Por isso, além dos planejamentos mencionados nas análises anteriores, este RVF necessita de um Plano de Controle de Espécies Invasoras e Restauração; Planejamento financeiro/captação de recurso e um Plano de Pesquisa e monitoramento com foco na recuperação/restauração de formações campestres e savânicas.

Quadro 8. Análise do RVF “Laboratório para a recuperação/restauração de formações campestres e savânicas”.

LABORATÓRIO PARA A RECUPERAÇÃO/RESTAURAÇÃO DE FORMAÇÕES CAMPESTRES E SAVÂNICAS	
Condição	Projetos inovadores com aperfeiçoamento de técnicas em execução.
Tendência	Melhora se mantidos os projetos.
Ameaças	O manejo e o uso inadequado de espécies exóticas invasoras.
	Dispersão de gramíneas exóticas invasoras por vários meios.
	Limitação de recursos financeiros e humanos.
	Ocupação do entorno que leva a fragmentação de habitats.
	Incêndios .
Necessidade de dados e/ou	Espacialização das áreas degradadas.
	Continuidade do desenvolvimento de técnicas.

informações geográficas	
Necessidade de planejamento	Planejamento financeiro/captação de recursos.
	Plano de controle de espécies invasoras e de restauração.
	Plano de Manejo Integrado do Fogo considerando a dinâmica da invasão e da fenologia da espécie exótica.
	Planejamento de proteção com as seguintes ações: Ações de proteção e fiscalização; Articulação com IBAMA, SEMAD e Polícia Federal para ações integradas; Acompanhar o cumprimento das condicionantes do licenciamento das rodovias próximas ao Parque.
	Planejamento de gestão socioambiental incluindo as seguintes ações: comunicação com o entorno; participar do processo de ordenamento dos municípios e fóruns de decisão; e articulação com as Prefeituras e comunidades do entorno imediato para regramento e cumprimento
	Plano de Pesquisa e monitoramento com foco na recuperação/restauração de formações campestres e savânicas.

A diversidade de atrativos e a vocação para a visitação são umas das potencialidades encontradas no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, além de possuir uma relevante beleza cênica. A análise deste RVF indica que o Uso Público está consolidado nos setores anteriores a ampliação do Parque de 2017, porém em relação à área ampliada é necessária maior atenção aos conflitos fundiários e visitação desordenada. Por isso, além do plano de uso público e do planejamento financeiro/captação de recursos, é fundamental para a consolidação do uso público o “Plano de Consolidação Territorial com a priorização dos recursos de compensação ambiental para a regularização fundiária de imóveis que abrigam atrativos”.

Quadro 9. Análise do RVF “Diversidade de atrativos e atividades do PNCV”.

DIVERSIDADE DE ATRATIVOS E ATIVIDADES DO PNCV	
Condição	Número de visitantes crescente ao longo dos anos.
	NBV estabelecido e monitorado nos atrativos consolidados (Roteiros Saltos - Carrossel - Corredeiras; Cânion II e Cariocas; Travessia das Sete Quedas; Trilha da Seriema)
	Atrativos com visitação desordenada (com exceção dos atrativos consolidados).
	Infraestruturas precárias para alguns atrativos importantes (estradas, serviços e trilhas).
	Atrativos consolidados em função do cachoeirismo.
	Gestão do Uso Público para oferecer experiências diversas nos atrativos consolidados.

	<p>Enorme diversidade de atrativos que possibilita diversos tipos de experiências para públicos variados, como: caminhada, escalada, canionismo, travessia com pernoite, dentre outros.</p> <p>Regularização fundiária não consolidada limitando as possibilidades de abertura de novos atrativos.</p> <p>Diagnóstico preliminar, baseado no ROVUC, dos atrativos e potenciais experiências do Parque.</p> <p>Parcerias estabelecidas e apoiando o reconhecimento e implementação dos atrativos .</p>
Tendência	<p>Aumento do esforço de monitoramento e manejo da visitação em função do aumento do turismo na região.</p> <p>Ampliação da diversidade de atividades e experiências .</p> <p>Aumento da oferta de serviços de apoio a visitação relacionado à concessão de serviços no PNCV.</p> <p>Priorização dos recursos de compensação ambiental para a regularização fundiária de imóveis que abrigam atrativos.</p>
Necessidade de dados e/ou informações geográficas	<p>Recursos humanos e financeiros insuficientes para planejamento e diversificação do Uso Público.</p> <p>Visitação crescente e desordenada em atrativos não consolidados no Parque.</p> <p>Avaliação de impacto relacionados à visitação.</p> <p>Estimativa do número de visitantes nos atrativos ainda não ordenados.</p> <p>Aprimoramento das informações de impacto da visitação na economia local .</p>
Necessidade de planejamento	<p>Planejamento financeiro/captação de recursos.</p> <p>Plano de Uso Público com as seguintes ações: ações para o reconhecimento e implantação dos novos atrativos; e atualização de inventário de atrativos e atividades.</p> <p>Plano de Consolidação Territorial com a priorização dos recursos de compensação ambiental para a regularização fundiária de imóveis que abrigam atrativos</p>

O RVF “História e cultura favoráveis à conservação” surge no intuito de ampliar o conhecimento e o reconhecimento do valor histórico cultural do território ao qual o Parque está inserido, como também levantar informações arqueológicas no interior desta UC. Em relação a condição, há um reconhecimento do valor histórico e cultural nos municípios do limite antigo, porém as informações são insuficientes no interior do Parque e nos municípios da área ampliada. Há uma tendência de melhorar com ações em desenvolvimento, como exposição do centro de visitante e atividades de interpretação ambiental. Entretanto, ameaças como: êxodo da juventude local; alta informalidade e baixa renda associada aos serviços locais; falta de capacitação para oportunidades que visem à geração de renda; políticas públicas ausentes; e especulação imobiliária com deslocamento da população, impactam negativamente o RVF.

Quadro 10. Análise do RVF “História e cultura favoráveis a conservação”.

HISTÓRIA E CULTURA FAVORÁVEIS A CONSERVAÇÃO	
Condição	O valor histórico cultural é reconhecido nos municípios do limite antigo.
	Registros históricos dentro do PNCV insuficientemente conhecidos e valorizados.
	Situação da valorização histórico cultural regional desconhecida nos municípios da área ampliada.
Tendência	Manter o valor histórico cultural.
	Melhorar com ações em curso de gestão, por exemplo, a exposição do centro de visitação, consideração de sítios na definição de trilhas e de planejamento de uso público e interpretação ambiental em andamento.
Ameaças	Êxodo da juventude local.
	Alta informalidade e baixa renda associada aos serviços locais.
	Falta de capacitação para as oportunidades relacionadas à geração de renda.
	Políticas públicas ausentes ou inadequadas para a valorização histórico cultural local/regional.
	Especulação imobiliária com deslocamento da população local.
Necessidade de dados	Ampliar o reconhecimento do valor histórico cultural associado ao território do PNCV.
	Levantar informações arqueológicas na área do Parque.
Necessidade de planejamento	Plano de Uso Público com ações para o reconhecimento e implantação dos novos atrativos; e atualização do inventário de atrativos e atividades.
	Planejamento de Interpretação ambiental.
	Planejamento de pesquisa com foco no reconhecimento arqueológico, histórico e cultural associados ao PNCV.
	Planejamento de gestão socioambiental incluindo as seguintes ações: comunicação com o entorno; participar do processo de ordenamento dos municípios e fóruns de decisão; e articulação com as Prefeituras e comunidades do entorno imediato para regramento e cumprimento.

QUESTÕES-CHAVE

Uma questão-chave descreve uma agressão (como mudança climática, crescimento da população, espécies invasoras e uso por visitantes) ou um gargalo de gestão para efetiva consolidação da UC, que são influências importantes a considerar ao descrever a condição atual dos recursos da UC e como ela é manejada. De forma complementar a análise dos recursos e valores fundamentais, uma questão-chave pode não estar diretamente relacionada a uma declaração de significância e ao propósito da UC, mas ainda pode ser diretamente afetada por eles. Geralmente uma questão-chave é um problema que pode ser abordado por um esforço de planejamento futuro, captação de

dados ou ação de manejo e que exige uma decisão da equipe da UC.

Complementando a avaliação das necessidades de dados e de planejamento, foram identificadas as seguintes questões-chave para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros:

Quadro 11. Análise das questões-chave

<p>QUESTÃO-CHAVE 1. Fortalecimento da gestão do Parque. Dentre os principais desafios para a gestão: a falta de recursos humanos e financeiros, falta de equipamentos e melhoria das condições para a plena execução do trabalho.</p>		
NECESSIDADE PLANEJAMENTO	DE	<p>Atualização e aprimoramento do Planejamento Estratégico da unidade, incluindo as seguintes ações: articular captação de recursos financeiros para a gestão da UC; fortalecer as parcerias existentes e buscar novos parceiros; melhorar a estrutura física na sede administrativa, alojamentos e bases; construção de sede administrativa em Alto Paraíso; melhorar os serviços básicos para a gestão da UC, como internet, telefone, fornecimento de energia, água e vigilância</p>
<p>QUESTÃO-CHAVE 2. Relação do PNCV com guias e Associações: os guias são parceiros e agentes de divulgação do Parque e da importância da conservação, participam da experiência do visitante, sendo importante a contínua melhoria dos serviços prestados.</p>		
NECESSIDADE PLANEJAMENTO	DE	<p>Apoiar programas de capacitação continuada e formação complementar; Facilitação da contratação do guia (incentivo) associado a políticas de benefícios mútuos; Considerar nos planejamentos de uso público necessidades de capacitação para os guias oferecendo subsídios para adequação da grade curricular; Parcerias na divulgação de atividades de guiamento entre Parque, associações e concessionária.</p>
<p>QUESTÃO-CHAVE 3. Consolidação territorial: A regularização fundiária se tornou fundamental para a consolidação territorial da UC e foi considerada imprescindível para concretizar a ampliação e o desenvolvimento de atividades relacionadas às outras agendas pelo ICMBio no território, principalmente no que se refere à ampliação das atividades de visitação/uso público, pesquisa, manejo do fogo e fiscalização, fundamentais à conservação da biodiversidade, além da gestão dos conflitos decorrentes da ampliação da UC com a sociedade civil. A demarcação e sinalização da UC são importantes para tornar visíveis os seus limites e facilitar a proteção.</p>		
NECESSIDADE PLANEJAMENTO	DE	<p>Plano de Consolidação Territorial, com as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de instrumentos jurídicos pertinentes até efetiva regularização fundiária. - Identificação dos imóveis e proprietários, abertura e instrução dos processos de regularização fundiária, georreferenciamento dos imóveis, demarcação dos limites e sinalização do PNCV, utilizando-se parte dos recursos de compensação ambiental disponíveis.
NECESSIDADE DADOS	DE	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento da área ampliada. - Levantamento de informações socioeconômicas para subsidiar a construção de instrumentos jurídicos. - Continuação da elaboração de diagnóstico fundiário do território do Parque Nacional, com a identificação do que

		seria área pública, privada e de domínio/titularidade desconhecida.
QUESTÃO-CHAVE 4. Zona de Amortecimento (ZA): Definir a ZA por meio de ato do Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, conforme o Decreto s/n de 5 de junho de 2017.		
NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO	DE	Planejamento específico em conjunto com a Coordenação de Criação de Unidades de Conservação (COCUC) para a definição da ZA com as seguintes ações: identificar as características ecológicas e sociais para definição da Zona de Amortecimento; realizar reuniões e oficinas com diversos atores para definição dos limites,
NECESSIDADE DE DADOS	DE	- Dados socioeconômicos no entorno da UC. - Levantamento de informações da biodiversidade/hidrografia na área de entorno da UC. - Levantamento do Uso/Ocupação no entorno do Parque.

PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE DADOS E DE PLANEJAMENTO

Diante das situações complexas que envolvem a gestão de uma UC e da escassez de recursos, é necessário ter uma lista de prioridades entre as necessidades de planejamento e de dados para direcionar os esforços de gestão da equipe da UC. Esse direcionamento deve ter foco na proteção dos recursos e valores fundamentais (e, portanto, no propósito e significância) e também contemplar as questões-chave da UC.

Conectadas com os elementos básicos deste PM, foram levantadas as necessidades de dados e planejamento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

A consolidação da priorização das necessidades de dados foi realizada pela equipe do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, tendo por base o resultado da priorização da oficina de plano de manejo e as três necessidades de dados acrescentadas na reunião técnica de estruturação do planejamento (estes não priorizadas na Oficina).

A priorização das necessidades de planejamento dos RVF e das questões-chave realizada na Oficina do Plano de Manejo foi orientada pelos seguintes critérios:

- Sua execução favorece a resolução de conflitos importantes para a gestão do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros?
- Está relacionada aos Recursos e Valores Fundamentais e ameaças consideradas mais críticas para a conservação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros?
- Auxilia na mudança do curso de uma tendência observada em um Recurso ou Valor Fundamental na direção desejada?

Posteriormente essa priorização das necessidades de planejamento dos RVF e das questões-chave foi refinada pela equipe de planejamento, com base no atendimento dos seguintes critérios:

- Está ligada a maior quantidade de Recursos e Valores Fundamentais e

Questões Chave?

- Atende as políticas públicas em andamento?
- Está relacionada com diretrizes e competências institucionais?
- Existência de oportunidade para sua elaboração e implementação?

Em relação as necessidades de dados não vinculadas as necessidades de planejamentos, esta priorização teve os seguintes critérios:

- Essas pesquisas são consideradas as mais necessárias para a gestão e conservação dos RVFs da UC?
- Existe oportunidade para sua elaboração e implementação?

O quadro a seguir mostra a consolidação final da priorização das necessidades de dados e de planejamento para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros:

Quadro 12. Priorização da Necessidade de dados.

NECESSIDADE DE DADOS NÃO LIGADOS AO PLANEJAMENTO	RVF/QUESTÃO-CHAVE	PRIORIDADE
Gerar informação que apoie a gestão das espécies: ecologia, áreas e períodos críticos.	Fauna	ALTA
Gerar informação de inteligência sobre a ameaça de caça.	Fauna	MÉDIA
Gerar informação de inteligência sobre a extração seletiva de madeira e não madeireiros.	Flora endêmica e ameaçada	BAIXA

Quadro 13. Priorização da Necessidade de Planejamento.

NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO	RVF/QUESTÃO-CHAVE	PRIORIDADE
Plano de controle de espécies invasoras e restauração.	Laboratório para a recuperação/restauração de formações campestres e savânicas; Flora endêmica e ameaçada; Fauna.	ALTA
Plano de Manejo Integrado do Fogo considerando a dinâmica da invasão e da fenologia da espécie exótica.	Laboratório para a recuperação/restauração de formações campestres e savânicas; Pato Mergulhão; Fogo Manejado.	ALTA
Planejamento de gestão socioambiental incluindo as seguintes ações: comunicação com o entorno; participar do processo de ordenamento dos municípios e fóruns de decisão; e articulação com as Prefeituras e comunidades do entorno imediato para regramento e cumprimento.	Laboratório para a recuperação/restauração de formações campestres e savânicas; Flora endêmica e ameaçada; Fauna; Geodiversidade; História e cultura favoráveis a conservação.	ALTA
Planejamento de Uso Público com as seguintes ações: reconhecimento e implantação dos novos atrativos; atualizar inventário de atrativos e	Geodiversidade; Diversidade de atividades e atrativos; História e cultura favoráveis a	ALTA

atividades, monitoramento e manejo de impactos das atividades relacionadas ao Pato Mergulhão.	conservação; Água; Pato Mergulhão, Relação do PNCV com guias e associações.	
Plano de Consolidação Territorial (ações descritas no Quadro 11)	Diversidade de atividades e atrativos; Consolidação Territorial.	ALTA
Planejamento financeiro/captação de recursos	Laboratório para a recuperação/restauração de formações campestres e savânicas; Diversidade de atividades e atrativos; Fortalecimento da gestão do Parque.	MÉDIA

Quadro 14. Priorização da Necessidade de Planejamento (continuação).

NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO	RVF/QUESTÃO-CHAVE	PRIORIDADE
Planejamento de proteção com as seguintes ações: Ações de proteção e fiscalização; Articulação com IBAMA, SEMAD e Polícia Federal para ações integradas; Acompanhar o cumprimento das condicionantes do licenciamento das rodovias próximas ao Parque.	Laboratório para a recuperação/restauração de formações campestres e savânicas; Flora endêmica e ameaçada; Fauna; Geodiversidade; Água.	MÉDIA
Plano de pesquisa e monitoramento com as seguintes ações: Gerar conhecimento sobre a condição e ecologia das espécies que permita priorizar ações.	Flora endêmica e ameaçada; Fauna; Pato Mergulhão.	MÉDIA
Planejamento de educação ambiental para o entorno, com as seguintes ações: Educar para a conservação – foco nas escolas locais para aproximação com o Parque e Participar dos eventos no entorno com objetivo de conscientização.	Flora endêmica e ameaçada; Fauna.	MÉDIA
Planejamento de Interpretação Ambiental	História e cultura favoráveis a conservação	MÉDIA
Plano de pesquisa que considere recursos hídricos e serviços ecossistêmicos associados.	Água	MÉDIA
Gestão Socioambiental com as seguintes ações: Integração do Parque nos processos de ordenamento regional e local; Integração com os planos de resíduos sólidos e saneamento; Integrar a gestão da UC com a Gestão de Recursos Hídricos locais.	Água	MÉDIA
Relação do PNCV com guias e Associações com as seguintes ações: Apoiar programas de capacitação continuada e formação complementar; Facilitação da contratação do guia (incentivo) associado a políticas de	Relação do PNCV com guias e associações	MÉDIA

benefícios mútuos; Considerar nos planejamentos de uso público necessidades de capacitação para os guias oferecendo subsídios para adequação da grade curricular; Parcerias na divulgação de atividades de guiamento entre Parque, associações e concessionária.		
Planejamento de pesquisa com foco no reconhecimento arqueológico, histórico e cultural associados ao território do PNCV	Contexto histórico e cultural;	BAIXA
Gestão da bacia do Preguiça, com as seguintes ações: Articular ações para cessar os impactos vindo de São Jorge, Articular ações para recuperar a bacia.	Água	BAIXA

Tabela 1. Consolidação das prioridades de necessidade de dados e planejamentos.

CONTEXTO DA NECESSIDADE	PRIORIDADE ALTA	PRIORIDADE MÉDIA	PRIORIDADE BAIXA
Necessidades de dados	01	01	01
Necessidades de planejamento	05	08	02
Total = 18	06 = 33,33%	09 = 50%	03 = 16,66%

PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS

ZONEAMENTO

O zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo de uma UC, pois identifica áreas com características naturais similares e finalidades que podem ser ou não complementares.

Ao mesmo tempo, o zoneamento estabelece usos diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos. Obter-se-á, desta forma, maior proteção, pois cada zona será manejada seguindo-se normas para elas estabelecidas.

Após décadas de aplicação, o zoneamento ficou consagrado na Lei do SNUC (Lei Nº 9.985, de 18/07/2000), onde se estabelece que o zoneamento é a definição de espaços territoriais chamados zonas em uma UC, cujos objetivos de manejo e normas específicas buscam proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da UC possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (Artigo 2º., Inciso XVI).

O zoneamento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi proposto durante a Oficina de elaboração do Plano de Manejo, realizada em Alto Paraíso/GO, em maio de 2019, tendo passado por alguns refinamentos posteriores.

Das oito zonas que podem ser consideradas no zoneamento dos parques nacionais, a plenária da Oficina, com base nas características do Parque

Nacional da Chapada dos Veadeiros, escolheu seis zonas:

- a) Zona de Preservação;
- b) Zona de Conservação;
- c) Zona de Adequação Ambiental;
- d) Zona de Infraestrutura;
- e) Zona de Uso Moderado;
- f) Zona de Usos Divergentes.

Tabela 2. Área e percentual das zonas de manejo do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros

ZONA	ÁREA (HA)	%
Zona de Preservação	13128,00	5,46
Zona de Conservação	190145,33	79,03
Zona de Uso Moderado	34785,90	14,46
Zona de Infraestrutura	1122,46	0,47
Zona de Adequação Ambiental	1359,16	0,56
Zona de Uso Divergente	43,93	0,02
Total	240584,78	100

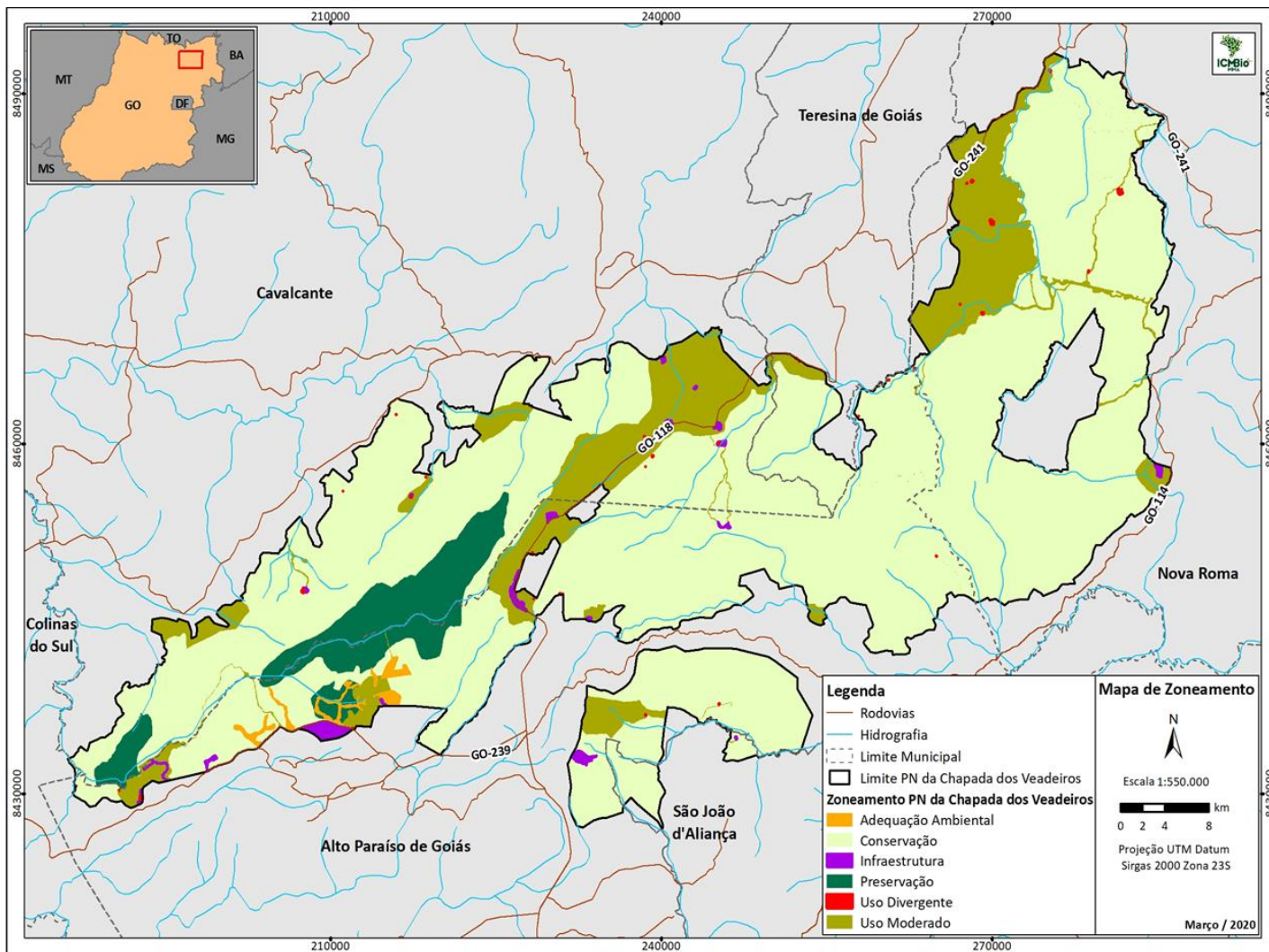


Figura 1. Zoneamento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

ZONA DE PRESERVAÇÃO

Descrição: É a zona onde os ecossistemas existentes permanecem o mais preservado possível, não sendo admitidos usos diretos de quaisquer naturezas. Deve abranger áreas sensíveis e aquelas onde os ecossistemas se encontram sem ou com mínima alteração, nas quais se deseja manter o mais alto grau de preservação, de forma a garantir a manutenção de espécies, os processos ecológicos e a evolução natural dos ecossistemas.

Objetivo Geral de Manejo: É a manutenção de um ou mais ecossistemas com grau máximo de preservação, servindo de fonte de repovoamento para as outras zonas da UC.

Delimitação: Compreende o sistema lacustre formado pelas Sete Lagoas; amostras de campos rupestres e ambientes associados a altitudes superiores a 1000 metros; a diversidade florística e faunística do vale do rio Preto e parte da Serra de Santana; as áreas frágeis de campo do Jardim de Maytree, incluindo o Córrego Fundo; e o afluente do Rio Preto e suas principais nascentes.

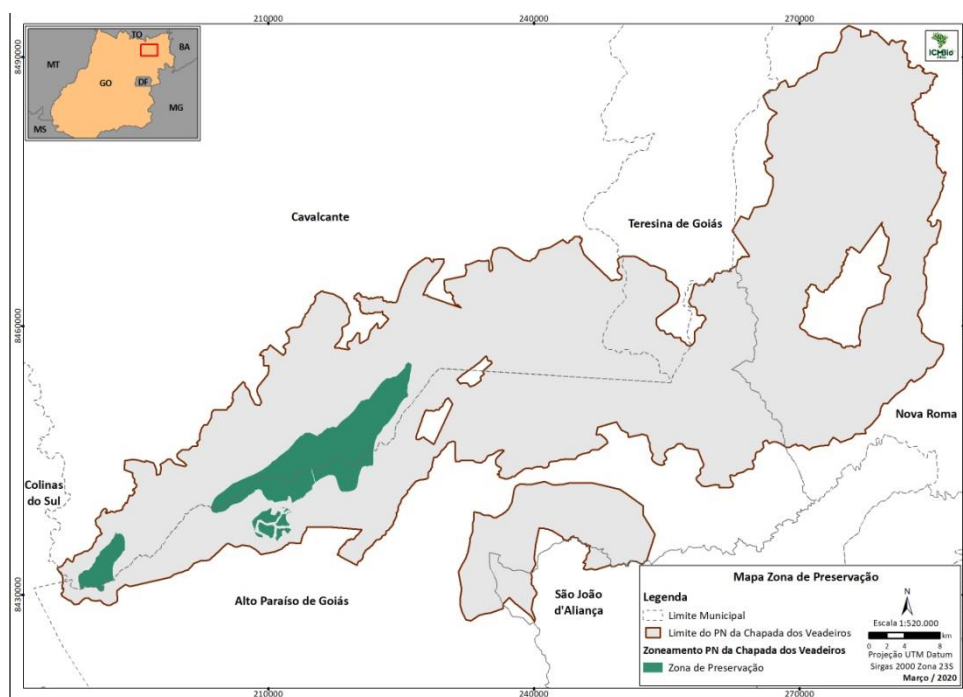


Figura 4. Zona de Preservação.

Normas:

1. As atividades permitidas nesta zona são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental e casos excepcionais de recuperação ambiental (preferencialmente técnicas de recuperação de menor intervenção).
2. As pesquisas permitidas devem prever o mínimo de intervenção/impacto negativo sobre os recursos e são limitadas às pesquisas que não podem ser realizadas em outras zonas.
3. A visitação não é permitida, qualquer que seja a modalidade.

4. É permitida a instalação eventual de infraestrutura física, quando forem estritamente necessárias às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos, bem como outras imprescindíveis à proteção da zona, as quais devem ser removidas tão logo as ações citadas sejam concluídas.
5. No caso de pesquisa serão autorizados acampamentos quando não puderem ser feitos em outra zona.
6. É permitida a abertura de trilhas e picadas necessárias às ações de busca e salvamento, atividades de pesquisa, de prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares de proteção.
7. O uso de fogueiras é proibido, exceto em caso de salvaguarda a vida.
8. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado quando indispensável para viabilizar as atividades permitidas e considerados impraticáveis outros meios, preferencialmente as estradas existentes.

ZONA DE CONSERVAÇÃO

Descrição: É a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em avançado grau de regeneração.

Objetivo Geral do Manejo: é a manutenção do ambiente o mais natural possível e, ao mesmo tempo, dispor de condições primitivas para a realização das atividades de pesquisa e visitação de baixo grau de intervenção, respeitando-se as especificidades de cada categoria.

Delimitação: Compreende amostras representativas das fitofisionomias associadas aos diversos gradientes altitudinais; amostras de diferentes tipologias vegetacionais; áreas extensas para a conservação da fauna ameaçada, em especial os grandes mamíferos; nascentes e parte das bacias abrangidas principalmente pelos rios das Almas, Preto e das Pedras; áreas conservadas com alterações antrópicas pontuais; atrativos para a visitação e amostras representativas da geodiversidade regional. Nesta Zona ficam excluídas as faixas de domínio das rodovias GO – 118, GO – 239 e GO - 241, conforme memorial descritivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

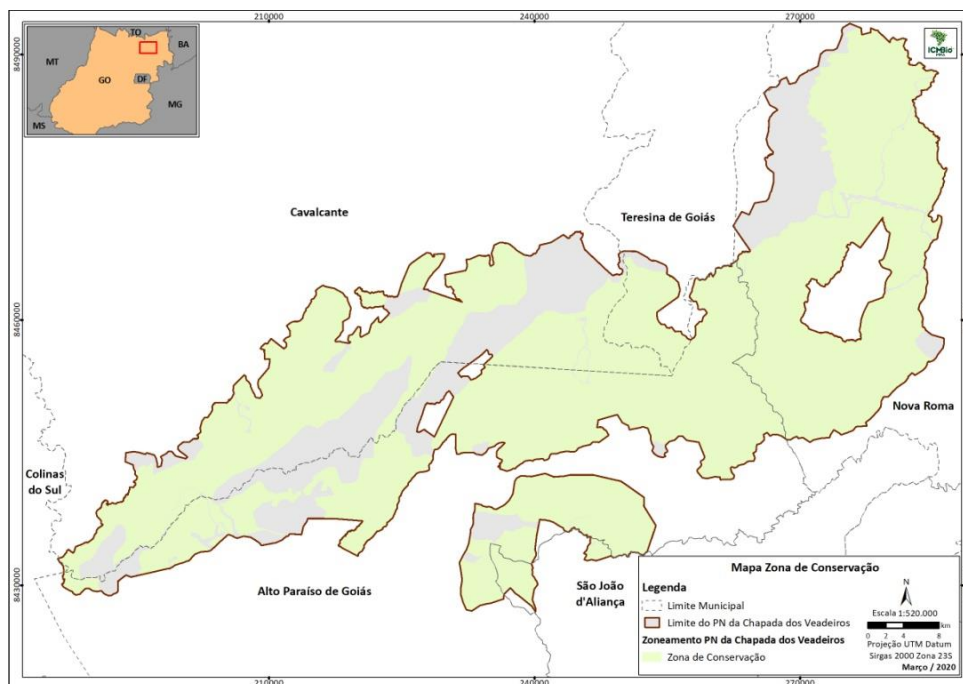


Figura 5. Zona de Conservação.

Normas:

9. As atividades permitidas nesta zona são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção⁵ e recuperação ambiental (preferencialmente com o uso de técnicas de menor intervenção).
10. As atividades permitidas devem prever o mínimo de intervenção/impacto negativo sobre os recursos, especialmente no caso da visitação.
11. A visitação deve considerar as trilhas e caminhos já existentes, inclusive aquelas pouco visíveis, devido à recuperação, com a possibilidade de abertura de novas trilhas quando inexistentes ou para melhorar o manejo e conservação da área.
 - a. Na identificação dessas trilhas deve-se evitar a utilização de trilheiros/trilhas utilizadas pela fauna, como também campos úmidos.
12. É permitido pernoite tipo bivaque ou acampamento primitivo⁶.
13. É permitida a instalação de infraestrutura física, quando estritamente necessárias às ações de busca e salvamento, contenção de erosão,

⁵ Visitação de baixo grau de intervenção - corresponde às formas primitivas de visitação e recreação que ocorrem em áreas com alto grau de conservação, possibilitando ao visitante experimentar algum nível de desafio, solidão e risco. Os encontros com outros grupos de visitantes são improváveis ou ocasionais. A infraestrutura, quando existente, é mínima e tem por objetivo a proteção dos recursos naturais e a segurança dos visitantes. É incomum a presença de estradas ou atividades motorizadas (ICMBio/2018) e (ICMBio, 2020).

⁶Acampamento primitivo – pernoite que pode ser realizado com a utilização ou não de infraestrutura mínima e ações de manejo para assegurar a proteção dos recursos naturais (ex. demarcação de áreas para instalação de tendas, banheiro seco, tábuas para fixação de barracas, etc.) e (ICMBio, 2020).

deslizamentos e segurança do visitante, bem como outras indispensáveis à proteção do ambiente da zona.

14. É permitida a abertura de novas trilhas e picadas necessárias às ações de busca e salvamento, como também de prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares, imprescindíveis para a proteção da zona e para pesquisa.

15. Para as atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, tal previsão deve constar do pedido de autorização da pesquisa e devem ser retirados para fora da área uma vez findados os trabalhos e quando não for do interesse da UC, devendo ser feita a recuperação ambiental da área, quando cabível.

16. O uso de fogueiras é proibido, exceto em caso de salvaguarda a vida.

17. É permitido o uso de fogareiros nas atividades permitidas nesta zona.

18. As atividades de visitação devem evitar os locais de nidificação do Pato Mergulhão e o seu habitat no período de reprodução da espécie.

a. Caso algum ninho seja encontrado, as atividades de visitação naquele local serão imediatamente suspensas até que os filhotes estejam crescidos (2 a 3 meses) para a fase de dispersão.

19. Quando for inviável a retirada de dejetos nas áreas de acampamento e outras áreas de Uso Público, deverá ser feito tratamento adequado no local, conforme orientação da Unidade de Conservação.

20. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado apenas quando indispensável para viabilizar as atividades de proteção, manejo, pesquisa e monitoramento ambiental e considerados impraticáveis outros meios.

21. É permitida a instalação de sinalização indicativa ou de segurança do visitante, desde que de natureza primitiva⁷.

ZONA DE USO MODERADO

Descrição: É a que contém ambientes naturais ou moderadamente antropizada, admitindo-se áreas em médio e avançado grau de regeneração.

Objetivo Geral do Manejo: é a manutenção do ambiente o mais próximo possível do natural, além da realização de atividades de pesquisa e visitação de médio grau de intervenção.

Delimitação: Compreende áreas de transição entre as zonas de baixa intervenção e as zonas menos restritivas; áreas com ocorrência de atrativos e potencialidades para a visitação de médio grau de intervenção; Áreas com ocorrência ou potencial para implementação de estrutura de apoio a pesquisa, proteção, monitoramento ambiental e visitação; fácil acesso as áreas; Margem de rodovias (GO 239); Estradas com uso regular, como estradas de serviços

⁷ De acordo com o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC, em áreas com visitação de baixo grau de intervenção é baixa a presença de sinalização direcional e incomum a de sinalização confirmatória (ICMBio, 2018) e (ICMBio, 2020).

utilizadas pela gestão, por moradores não indenizados e visitantes.

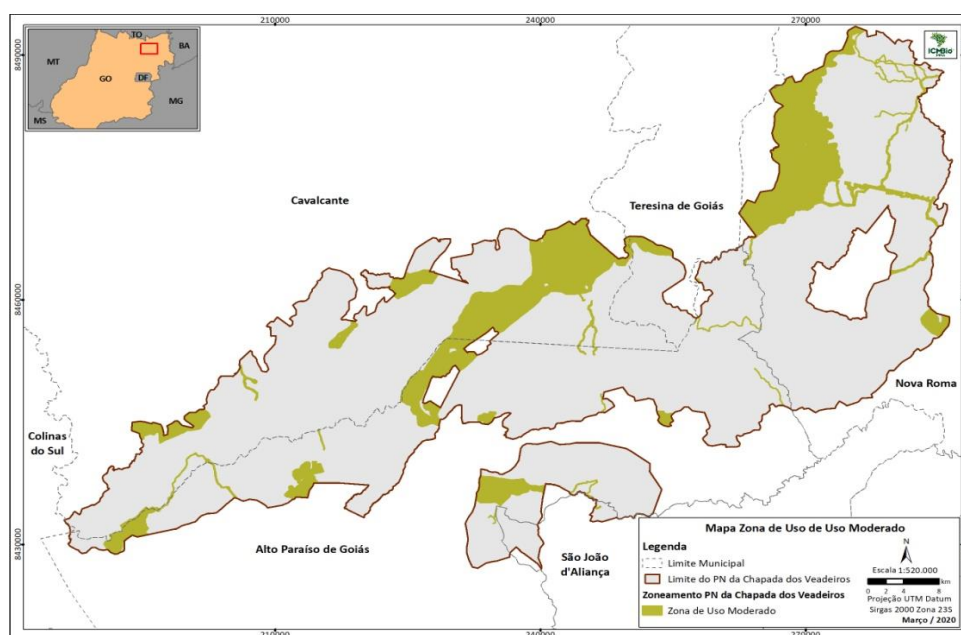


Figura 6. Zona de Uso Moderado.

Normas:

22. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de médio grau de intervenção e recuperação ambiental.

23. É permitida a instalação de equipamentos facilitadores e serviços de apoio à visitação simples, buscando o menor impacto visual com a paisagem.

24. Poderão ser instaladas nas áreas de visitação, áreas para pernoite (acampamentos ou abrigos), trilhas, sinalização indicativa e interpretativa, pontos de descanso, sanitários básicos e outras infraestruturas mínimas ou de média intervenção, conforme diretrizes específicas estabelecidas pelo ICMBio.

25. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado para as atividades permitidas nesta zona, devendo ser regulamentado em instrumento específico. Exceto no caso dos moradores não indenizados, cujo trânsito motorizado é livre e independe de regulamentação, desde que evitadas estradas já existentes.

26. A geração de energia nesta zona não deverá utilizar geradores movidos a combustíveis fósseis ou etanol, exceto em casos que comprovadamente não houver alternativas.

27. O uso de fogueiras nas atividades de visitação somente será permitido em locais pré-determinados e onde existam serviços operados por concessionários, conforme planejamento específico aprovado pelo órgão gestor, sendo vedado o uso de material combustível da UC.

28. A visitação deve considerar as trilhas e caminhos já existentes, inclusive aquelas pouco visíveis, devido à recuperação, com a possibilidade de abertura

de novas trilhas quando inexistentes ou para melhorar o manejo e conservação da área.

a. Na identificação dessas trilhas deve-se evitar a utilização de trilheiros/trilhas utilizadas pela fauna, como também campos úmidos.

29. As atividades de visitação devem evitar o habitat do Pato Mergulhão, especialmente nos períodos de reprodução, assim como devem respeitar a normatização e orientações específicas para a proteção desta espécie.

a. Caso algum ninho seja encontrado, as atividades de visitação naquele local serão imediatamente reavaliadas pelo órgão gestor e caso continuadas deverá tomar medidas de mitigação da espécie.

30. O uso de herbicidas para controle de espécies invasoras deve seguir orientações institucionais e melhores práticas, e utilizar apenas produtos registrados pelo IBAMA para uso não agrícola.

ZONA DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL

Descrição: É a zona que contém áreas consideravelmente antropizadas, onde será necessária a adoção de ações de manejo para deter a degradação dos recursos naturais e promover a recuperação do ambiente, onde as espécies exóticas deverão ser erradicadas ou controladas. Zona provisória, uma vez recuperada será incorporada a zona que está sobreposta.

Objetivo Geral de Manejo: Deter a degradação dos recursos naturais e, quando possível, recompor a área, priorizando a regeneração natural dos ecossistemas degradados ou, conforme o caso, promovendo sua recuperação.

Delimitação: Compreende áreas críticas de degradação: região do Mulungu; córregos Estiva, Riacho Fundo (Jardim Maytrea) e Ingleses.

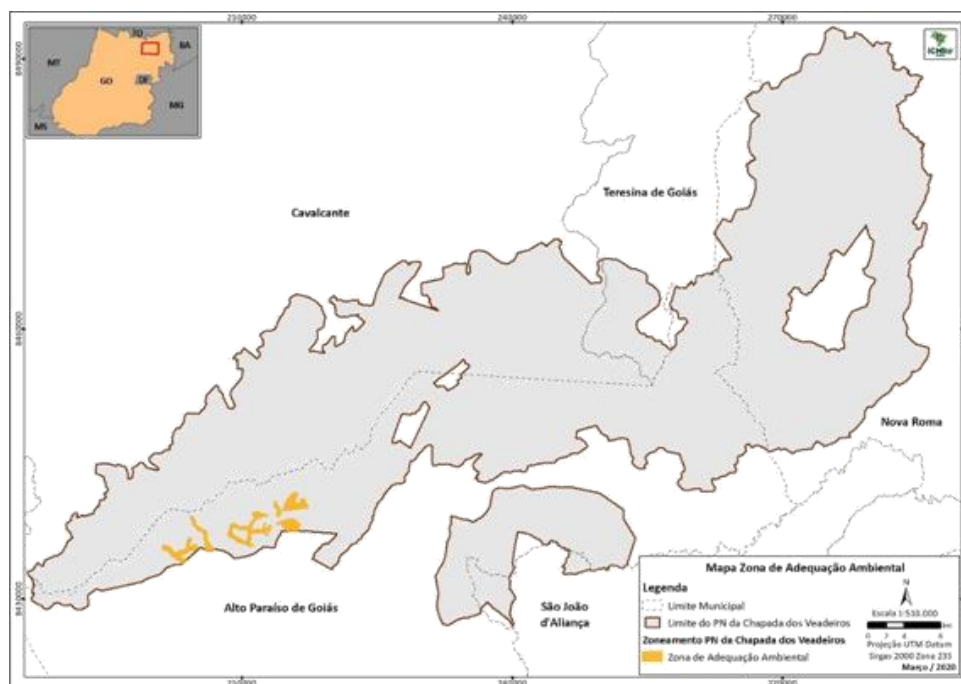


Figura 7. Zona de Adequação Ambiental.

Normas

32. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa (especialmente sobre os processos de recuperação), monitoramento ambiental, recuperação ambiental (deter a degradação dos recursos e recuperar a área), visitação médio grau de intervenção e educação ambiental.
33. São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.
34. As ações de recuperação dos ecossistemas são condicionadas a um projeto específico, aprovado pelo órgão gestor da UC.
35. A visitação não pode comprometer os resultados dos esforços de recuperação.
36. As infraestruturas necessárias aos trabalhos de recuperação devem ser provisórias, sendo que os resíduos sólidos gerados nestas instalações deverão ser retirados pelos próprios responsáveis e transportados para um destino adequado.
37. Os equipamentos facilitadores e serviços de apoio à visitação devem ser instalados sempre em harmonia com a paisagem e desde que não seja possível sua instalação em outras zonas.
38. Todo resíduo gerado nesta zona deverá ser destinado para local adequado, conforme orientações e sinalização na UC.
39. O uso de herbicidas não agrícola para controle de espécies invasoras deve seguir orientações institucionais e melhores práticas, e utilizar apenas produtos registrados pelo IBAMA para uso não agrícola.
40. O uso de fogueiras é proibido, exceto em caso de salvaguarda a vida.
41. O trânsito de veículos motorizados é permitido para todas as atividades autorizadas nesta Zona, desde que não comprometa os resultados dos esforços de recuperação, devendo privilegiar as estradas já existentes.
42. Devem ser priorizadas as pesquisas científicas que tratam dos processos de recuperação de áreas degradadas.

ZONA DE INFRAESTRUTURA

Descrição: É a zona que pode ser constituída por ambientes naturais ou por áreas significativamente antropizadas, onde é tolerado um alto grau de intervenção no ambiente, buscando sua integração com o mesmo e concentrando espacialmente os impactos das atividades e infraestruturas em pequenas áreas. Nela devem ser concentrados os serviços e instalações mais desenvolvidas da UC, comportando facilidades voltadas à visitação e à administração da área.

Objetivo geral de Manejo: Facilitar a realização das atividades de visitação com alto grau de intervenção⁸ e de administração, buscando minimizar o impacto

⁸Visitação de alto grau de intervenção – a visitação é intensiva e planejada para atender maior demanda. Ainda que haja oportunidade para a privacidade, os encontros e a interação são frequentes entre os visitantes, funcionários e

dessas atividades sobre o ambiente natural e cultural da UC.

Delimitação: Compreende áreas estruturadas como a sede administrativa, alojamentos, bases de apoio às atividades de proteção e centro de visitantes, assim como áreas com potencial de uso público que requeiram estruturas de apoio à visitação com alto grau de intervenção e áreas estratégicas, o que inclui áreas em estágio avançado de regularização fundiária, para futuras instalações relacionadas às atividades de proteção ou pesquisa do Parque.

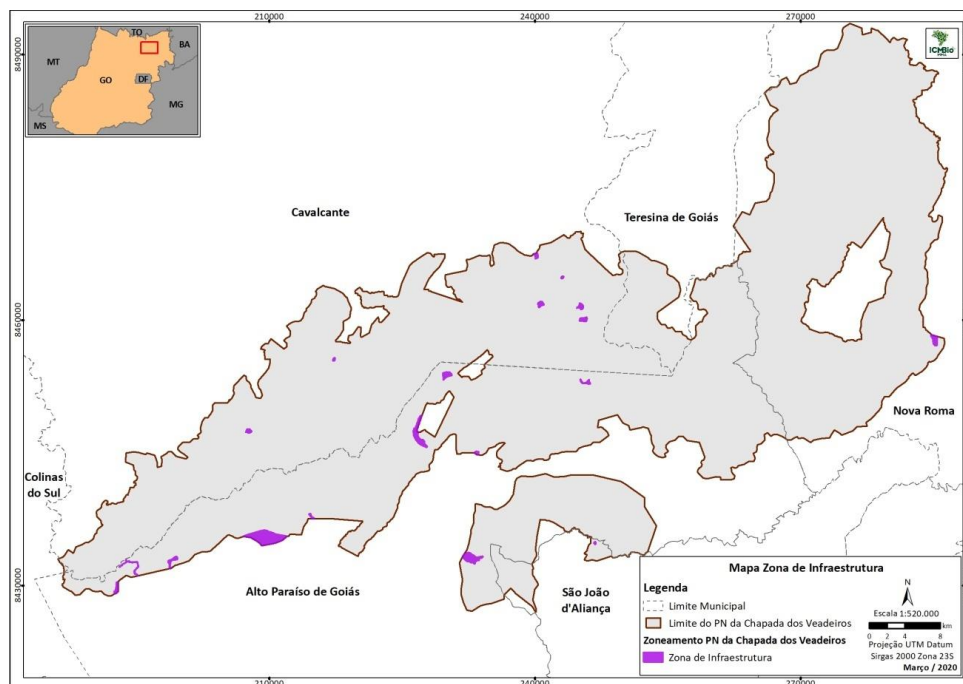


Figura 8. Zona de Infraestrutura.

Normas:

44. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção e administração.
45. São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta Zona.
46. Os efluentes gerados não poderão contaminar os recursos hídricos e seu tratamento deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto.
47. Esta zona deverá conter locais específicos para a guarda e o depósito dos resíduos sólidos gerados na unidade de conservação, os quais deverão ser removidos para o aterro sanitário ou vazadouro público mais próximo, fora da UC.

comunidade local. É comum a presença de grupos maiores de visitantes ou excursões comerciais. Há mais atenção na segurança dos visitantes, na proteção de áreas sensíveis próximas aos atrativos e menos ênfase em promover autonomia ou desafios. A infraestrutura geralmente é mais desenvolvida, com a presença comum de edificações e estradas, inclusive pavimentadas, podendo resultar em alterações significativas da paisagem. Centro de visitante, museu, auditório, estacionamento, posto de gasolina, estrada pavimentada, piscina, hotel, pousada, teleférico, pista de pouso, paisagismo, estábulo, podem ocorrer nas zonas de manejo com alto grau de intervenção (ICMBio, 2018) e (ICMBio, 2020).

48. Os resíduos orgânicos gerados nas áreas mais remotas deverão sofrer tratamento local, exceto queima, quando a remoção para fora da UC não for possível.

49. O trânsito de veículos motorizados é permitido para as atividades permitidas nesta zona.

50. O uso de fogueiras nas atividades de visitação somente será permitido em locais pré-determinados e onde existam serviços operados por concessionários, conforme planejamento específico aprovado pelo órgão gestor, sendo vedado o uso de material combustível da UC.

51. O uso de herbicidas para controle de espécies invasoras deve seguir orientações institucionais e melhores práticas, e utilizar apenas produtos registrados pelo IBAMA para uso não agrícola.

ZONA DE USO DIVERGENTE

Descrição: É a zona que contém ambientes naturais ou antropizados, onde ocorrem populações humanas ou suas áreas de uso, cuja presença é incompatível com a categoria de manejo ou com os objetivos da unidade de conservação, admitindo-se o estabelecimento de instrumento jurídico para compatibilização da presença das populações com a conservação da área, lhes garantindo segurança jurídica enquanto presentes no interior da UC. Essas populações estarão sujeitas às ações de consolidação territorial pertinentes a cada situação. Zona Provisória, uma vez realocada a população ou efetivada outra forma de consolidação territorial, esta será incorporada à Zona de Uso Moderado.

Objetivo geral de Manejo: Manutenção do ambiente em harmonia com a presença de população tradicional ou não, buscando a compatibilização dos usos realizados por elas com os objetivos da UC, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos antrópicos sobre a área.

Delimitação: Compreende áreas onde ocorrem edificações ocupadas por proprietários e caseiros, assim como área de uso, por exemplo, as áreas de pastagem de gado bovino, cuja presença é incompatível com a categoria de manejo e objetivo da UC.

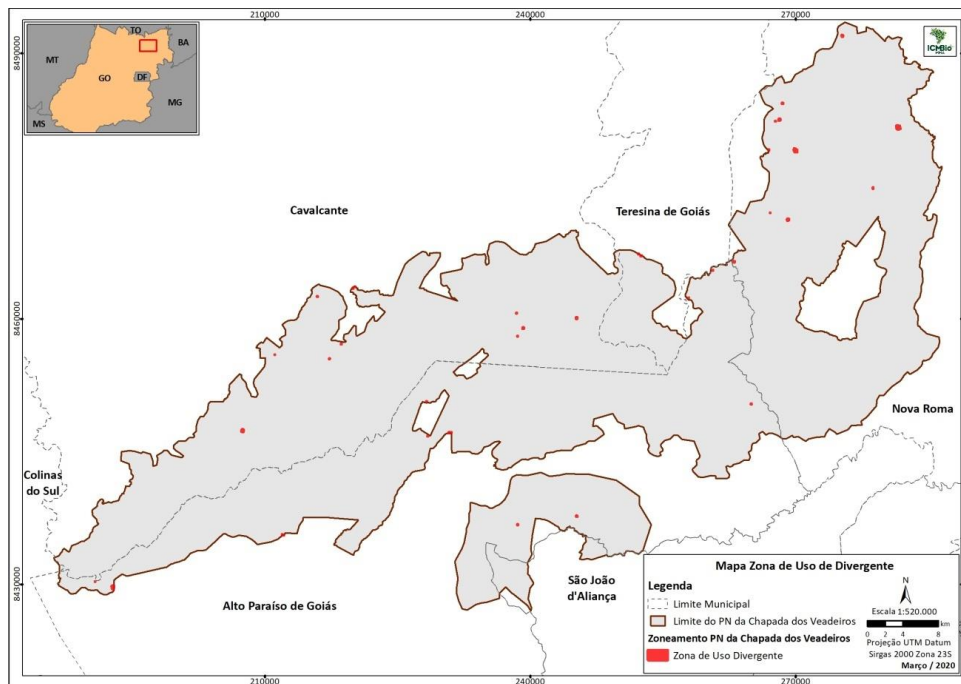


Figura 9. Zona de Uso Divergente.

Normas:

51. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental; recuperação ambiental e outros usos acordados em instrumento jurídico firmado entre os ocupantes e órgão gestor da UC, incluindo a visitação.
52. A presença excepcional de populações residentes será regida pelas normas gerais e seus instrumentos específicos, tais como termo de compromisso, termo de ajuste de conduta, ou outro instrumento jurídico pertinente, os quais definirão, de acordo com cada situação específica, as atividades passíveis de serem realizadas e normas específicas relacionadas, observadas boas práticas de manejo do solo e dos recursos hídricos.
53. É vedada a conversão de novas áreas de uso.

NORMAS GERAIS PNCV

Animais silvestres:

1. A coleta, a apanha e a contenção de espécimes animais, incluindo sua alimentação, serão permitidas para fins estritamente científicos e didáticos, de acordo com projeto devidamente aprovado, mediante avaliação de oportunidade e conveniência, pelo órgão gestor da UC.
2. A manutenção de animais silvestres nativos em cativeiro no interior da UC será permitida, exclusivamente, para fins de implementação de programa de reintrodução na UC.
3. A reintrodução, translocação ou soltura de indivíduos para enriquecimento populacional, da fauna ou flora nativa, será permitida mediante projeto técnico-científico específico, autorizado pelo órgão gestor da UC, conforme

regulamentação vigente.

4. A soltura de espécime de fauna autóctone será permitida quando a apreensão ocorrer logo após a sua captura no interior da Unidade ou entorno imediato, respeitado o mesmo tipo de ambiente.

Espécies exóticas e animais domésticos:

5. As espécies invasoras serão manejadas conforme planejamentos específicos, que deverá seguir orientações institucionais e melhores práticas.

6. A introdução de espécies exóticas e/ou domésticas, animais e vegetais, em UC fica proibida, exceto os casos das áreas não indenizadas.

7. A introdução de espécies exóticas e/ou domésticas em áreas não indenizadas será admitida quando não se tratar de espécies exóticas invasoras ou com maior potencial invasor do que a cultura ou criação atuais.

a. Cães e gatos deverão ser castrados e vacinados, mantidos nos limites da propriedade, ficando vedado o aumento populacional.

8. É proibida a soltura de animais exóticos e alóctones na UC.

9. Espécies vegetais exóticas e alóctones, não invasoras, poderão ser utilizadas nos estágios iniciais de recuperação de áreas degradadas desde que comprovadamente necessárias e aprovadas em projeto específico.

10. Os arranjos paisagísticos das instalações da UC deverão utilizar espécies nativas.

11. Fica proibido o ingresso e permanência na UC de pessoas acompanhadas de animais domésticos, bem como animais domesticados e/ou amansados, exceto nos casos de ocupantes de áreas pendentes de regularização fundiária e pessoas portadoras de necessidades especiais acompanhada de cão de assistência.

12. O uso de animais de carga e montaria é permitido exclusivamente para uso dos ocupantes de áreas não indenizadas.

a. Os animais de montaria deverão ser castrados, vacinados, mantidos nos limites da propriedade, ficando vedado o aumento populacional.

Recuperação de áreas degradadas e uso de agrotóxicos:

13. É proibida a aplicação de qualquer agrotóxico ou defensivo de uso agrícola, mesmo que não intencional pela manobra de aeronaves e máquinas no interior da UC, ou, indiretamente, pela aplicação próxima que apresente risco de deriva pelo vento ou carreamento por enxurrada.

14. As ações de recuperação induzida dos ecossistemas, inclusive a coleta de solo e de sementes, são condicionadas a um projeto específico, aprovado pelo órgão gestor da UC.

a. Atividades relacionadas a coleta de solo e de semente não será permitido na Zona de Preservação. No caso da Zona de Conservação, será permitido caso não seja possível a coleta em outras Zonas de menor restrição.

15. As infraestruturas necessárias aos trabalhos de recuperação devem ser provisórias, sendo que os resíduos sólidos gerados nestas instalações deverão ser retirados pelos próprios responsáveis e transportados para um destino adequado.

Pesquisa científica:

16. Para as atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, tal previsão deve constar do pedido de autorização da pesquisa e devem ser retirados para fora da área uma vez findados os trabalhos e quando não for do interesse da UC.

Uso do fogo:

17. É proibido o uso de fogo na UC, exceto nas seguintes situações: a) Em atividades da UC relativas ao manejo integrado do fogo (MIF); b) Emprego da queima prescrita, em conformidade com o estabelecido neste plano de manejo ou planejamentos específicos; e c) Nas atividades de visitação, conforme previsto nas normas do zoneamento.

18. É proibido o uso de retardantes de fogo para combate a incêndios florestais até que aprovado ou regulamentado pelo órgão gestor da UC.

19. É vedado o uso de churrasqueira.

Visitação:

20. O visitante deverá assinar termo de responsabilidade e de conhecimento de riscos sobre os procedimentos e condutas durante a visita à UC, conforme a natureza da atividade e a avaliação do órgão gestor da UC.

21. Os visitantes deverão ser informados sobre as normas de segurança e condutas na UC.

22. A instalação de placas ou quaisquer formas de comunicação visual ou de publicidade e propaganda deverão manter relação direta com as atividades de gestão ou com os objetivos da UC, sem prejuízo para os casos que se aplicarem às áreas não indenizadas.

23. A sinalização das trilhas deverá respeitar os manuais do ICMBio.

24. É permitido aparecer o crédito a parceiros das iniciativas da UC na sinalização de visitação, desde que atenda as orientações institucionais e legislação vigente.

25. Todo resíduo gerado na UC deverá ser destinado para local adequado, consideradas as normas do zoneamento.

26. Não será permitida a implantação de lixeiras nas trilhas e atrativos, com exceção da zona de infraestrutura, onde houver serviço operado por concessionário.

27. O visitante é responsável pelo lixo que produz, devendo retirar da UC ou

destinar em local adequado na zona de infraestrutura.

28. O comércio de alimentos e bebidas, assim como a ingestão de bebidas alcoólicas, será permitido nas áreas de visitação na UC, apenas em locais e horários pré-definidos, conforme planejamentos específicos.

29. Não é permitido fumar nas áreas de visitação.

30. O funcionamento de novos serviços de visitação nas áreas ainda não indenizadas depende de compatibilidade com o zoneamento e não pode comprometer a integridade ambiental da UC, devendo ser regulamentado em instrumento jurídico, entre os residentes e o órgão gestor do PNCV, que estabelecerá outras condicionantes específicas.

Eventos (esportivos, religiosos, político-partidários e outros) e uso de equipamentos sonoros:

31. Eventos diversos (shows, festas, exposições, feiras, esportivos, etc.) poderão ocorrer quando não oferecerem impactos ambientais e à experiência de visitação, sendo necessário seguir a Instrução Normativa N° 5, de 23/09/2019 ou outra que a substitua e o restante da legislação vigente.

32. Eventos religiosos poderão ser permitidos desde que não causem impactos ambientais e à experiência de visitação, sendo proibida a deposição de resíduos de qualquer natureza no ambiente.

33. É proibida qualquer manifestação ou vinculação de propaganda político-partidária no interior da UC, exceto casos previstos em Lei.

34. Qualquer infraestrutura montada para atender aos eventos autorizados deverá ser retirada ao final das atividades e reconstituído o ambiente utilizado, exceto quando sua permanência for de interesse da UC.

35. O uso de aparelhos sonoros de longo alcance somente poderá ser autorizado pela administração da UC em situações específicas, que deverá considerar as regulamentações existentes, os impactos ambientais e os impactos à experiência de visitação. No caso de ocupantes de áreas pendentes de regularização fundiária, a autorização prévia é dispensada, desde que a utilização seja restrita às áreas de suas propriedades e que não cause significativo impacto ambiental.

36. A passagem ou a permanência de carros de som é vedada no interior da UC.

37. O uso de equipamentos sonoros de pequeno alcance, por exemplo aparelhos de som e instrumentos musicais são restritos às atividades de pesquisa científica, às áreas de moradia e às atividades ou eventos autorizados pela administração da UC.

38. São permitidas somente competições esportivas não motorizadas, tais como corridas de aventura, torneios de esporte de natureza, entre outros, com autorização prévia do órgão gestor e respeitando o zoneamento e as condições do ambiente da UC.

39. É de responsabilidade do organizador todo e qualquer impacto relativo à realização do evento/competição (infraestrutura, resíduos sólidos) devendo essa

ressalva ser registrada no contrato do evento (ou autorização).

Infraestrutura:

40. Todas as obras ou serviços de engenharia ou infraestrutura necessárias à gestão da UC devem considerar a adoção de alternativas tecnológicas de baixo impacto ambiental durante a construção ou reforma, incluindo economia e aproveitamento de materiais, durabilidade, custo de manutenção, eficiência, água, energia (aquecimento solar, ventilação cruzada, iluminação natural), disposição e tratamento de resíduos e efluentes, harmonização com a paisagem, de acordo com as diretrizes institucionais vigentes.

41. Toda infraestrutura existente na UC que possa gerar resíduos e efluentes sanitários deverá contar com um sistema de tratamento adequado, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos.

42. Quando for necessária a instalação ou melhoria de linha de distribuição de energia dentro da UC deve ser utilizada a opção que cause menor impacto ambiental e tenha maior harmonia com a paisagem, dando-se preferência à subterrânea e sempre seguindo as diretrizes institucionais vigentes.

43. É permitida a instalação de infraestrutura, quando necessária às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos, bem como outras indispensáveis à proteção do ambiente da UC.

44. É permitida a abertura de novas trilhas e picadas necessárias às ações de busca e salvamento e de prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares, imprescindíveis para a proteção da UC.

Estradas e Rodovias:

45. Não é permitida a abertura de cascalheiras e outras áreas de empréstimo na UC, sendo que a recuperação das estradas em seu interior deverá adotar materiais provenientes de fora dos seus limites.

46. Deverão ser adotadas medidas de recuperação e estabilização das estradas e acessos no interior da UC.

47. Em todas as estradas no interior da UC as cargas vivas e perigosas (fertilizantes, combustíveis, materiais tóxicos e afins), bem como aquelas que soltam resíduos no trajeto (sementes, areia, materiais de construção e afins), somente poderão transitar com a devida cobertura.

48. Os pisos e pavimentações deverão respeitar as taxas de permeabilidade exigidas para áreas das UC onde serão implantadas as vias e, sempre que possível, deverão ser modulares e removíveis para facilitar o serviço de manutenção.

49. Estradas deverão ter projetos específicos aprovados pelo órgão gestor visando a diminuição do impacto (projeto arquitetônico topográfico).

Temas diversos:

50. É proibido entrar na UC portando instrumentos próprios para caça, pesca

e exploração de produtos ou subprodutos florestais, tintas spray e similares, ou outros produtos incompatíveis com as condutas em UC ou que possam ser prejudiciais à flora e à fauna, exceto nas seguintes situações:

- a. Atividades inerentes à gestão da área;
- b. Pesquisa científica autorizada pela administração da UC e nos limites da autorização, submetidas à fiscalização ambiental;
- c. Outros casos onde haja autorização prévia e específica.

51. Os horários de funcionamento da UC serão definidos pela sua administração, que os divulgará amplamente.

52. O uso de drones na UC poderá ser permitido mediante autorização da administração da UC.

53. O subsolo integra os limites da UC, sendo proibida a exploração direta de recursos minerais.

54. É proibido retirar, mover ou danificar qualquer objeto, peça, construção e vestígio do patrimônio cultural, histórico e arqueológico da UC, exceto para fins de pesquisa ou resgate do material, de acordo com a legislação vigente e desde que com autorização da administração da UC.

55. O pouso e a decolagem de balão de ar quente e aeronaves dentro dos limites da UC serão admitidos para casos de emergência, resgate, visitação e atividades de gestão da UC.

- a. No caso da visitação, o pouso e a decolagem deverão ser regimentados no planejamento específico de Uso Público ou instrumento legal cabível.

56. Todo resíduo gerado na UC deverá ser destinado para local adequado, conforme orientações e sinalização na UC, excetuando-se o caso de moradores não indenizados, que devem dar tratamento adequado conforme orientação da UC.

57. É proibida utilização de fogos de artifícios e sinalizadores.

Áreas pendentes de regularização fundiária no interior da Unidade de Conservação:

58. As obras de reparo na infraestrutura das áreas pendentes de regularização fundiária, conforme regulamentação geral e em instrumentos específicos, como termo de compromisso (TC), termo de ajustamento de conduta (TAC), entre outros, serão admitidas para finalidades que envolvam a sanidade e segurança dos seus ocupantes e observem condicionantes para resguardar o mínimo impacto negativo na UC.

59. Deverão ser demolidas todas as edificações das áreas onde tenha ocorrido a regularização fundiária e retirados os restos para fora da UC, desde que não tenham significado histórico-cultural e não sejam de interesse para outras ações da gestão e do manejo.

60. São permitidos a derrubada e o aproveitamento de árvores de espécies nativas no interior da UC desde que estas estejam colocando vidas e infraestruturas em risco, respeitadas as disposições da legislação vigente (por exemplo, Código Florestal, Lei da Mata Atlântica etc.), o que será objeto de

detalhamento em instrumentos específicos (TC, TAC etc.).

61. O uso de áreas para cultivos ou pastagens nas ocupações pendentes de regularização fundiária, ficará restrito àquelas já desmatadas e em conformidade com a legislação vigente (por exemplo, Código Florestal, Lei da Mata Atlântica etc.) e será objeto de detalhamento em instrumentos específicos (TC, TAC, etc.).

ATOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS

Muitas das decisões de gestão de uma UC são dirigidas ou influenciadas por atos legais e administrativos, muitos dos quais são celebrados com outros órgãos federais, estaduais e locais, empresas de serviços públicos, organizações parceiras, concessionárias, prestadores de serviços e outras entidades. Os atos legais são requisitos específicos da UC que devem ser cumpridos. Os atos legais podem ser expressos no diploma legal de criação da UC, em legislação distinta após a sua designação ou em processo judicial. Podem ampliar o propósito da UC ou introduzir elementos não relacionados ao propósito. Os atos administrativos são, em geral, acordos alcançados por meio de processos formais e documentados, como termos de reciprocidade, termos de compromisso, acordos de cooperação e convênios. Exemplos incluem parcerias para pesquisas na UC, servidões, direitos de passagem, arranjos para respostas a serviços de emergência, como incêndios e enchentes, contratos de serviços e contratos de concessão, entre outros. Atos legais e administrativos podem promover, em muitos casos, uma rede de parcerias que ajudam a cumprir os objetivos da UC e facilitar as relações de trabalho com outras instituições. Constituem um componente essencial no manejo e no planejamento de uma Unidade de Conservação.

Os atos legais e administrativos existentes para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros constam de:

- Contrato de Concessão firmado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Sociparques, para a prestação de serviços de apoio à visitação no PNCV.
- Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961. Cria o "Parque Nacional do Tocantins", na região da Chapada dos Veadeiros.
- Decreto nº 70.492, de 11 de maio de 1972. Modifica o nome do Parque Nacional do Tocantins para Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.
- Decreto nº 86.173, de 2 de julho de 1981. Altera os limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.
- Decreto nº 86.596, de 17 de novembro de 1981. Retifica o Decreto nº 86.173, de 2 de julho de 1981, que altera os limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.
- Decreto sem nº de 27 de setembro de 2001. Amplia os limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.
- Decreto sem nº de 05 de junho de 2017. Amplia os limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Este decreto também define objetivos específicos para o PNCV.

- Edital de Concorrência nº 02/2018. Dispõe sobre o processo de concorrência pública para Concessão de Serviços de Apoio à Visitação no PNCV.
- Instrução Normativa ICMBio nº 2, de 3 de maio de 2016. Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para Autorização de uso para a prestação do serviço de condução de visitantes em UCs federais, conforme as informações contidas no processo nº 02070.001887/2012-05.
- Instrução Normativa ICMBio nº 5, de 19 maio de 2016. Estabelece os procedimentos para a Compensação de Reserva Legal, em imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação Federais de domínio público, visando à regularização da sua situação fundiária, conforme Processo Administrativo nº 02070.000195/2014-01.
- Instrução Normativa ICMBio nº 2, de 3 de setembro de 2009. A presente Instrução Normativa regula os procedimentos técnicos e administrativos para a indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais localizados em unidades de conservação federais de domínio público.
- Instrução Normativa ICMBio nº 07 de 21 de dezembro de 2017. Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais.
- Portaria ICMBio nº 71, 25 de junho de 2012. Dispõe sobre o Conselho do PNCV – CONPARQUE.
- Portaria ICMBio nº 08, 07 de outubro de 2015. Dispõe sobre o Conselho do PNCV – CONPARQUE.
- Portaria ICMBio nº 205, de 11 de julho de 2013. Estabelece normas e procedimentos para o credenciamento e a Autorização de Uso para exercício da atividade comercial de condução de visitantes, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.
- Portaria ICMBio nº 24, de 14 de abril de 2016. Estabelece normas e procedimentos para o cadastramento e a Autorização de Uso para o exercício da atividade comercial de canionismo no PNCV.
- Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010. Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.
- Termo de Contrato de Concessão nº 02/2018. Está no Processo SEI: 02070.006333/2018-81, na forma do documento SEI nº 4363895.

REFERÊNCIAS

COLLI, G.R; BASTOS, R. P.; ARAÚJO, A.F.B., The Character and Dynamics of the Cerrado Herpetofauna. *In: The Cerrados of Brazil: Ecology and natural history of a neotropical savana*. New York: Columbia University Press, 2002, p. 223-241.

DIAS, B. F. S. Alternativas de desenvolvimento dos Cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis. Brasília, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – Fundação Pró-Natureza (Funatura), 1992.

ICMBio. Plano de Manejo do Parque Nacional Chapados dos Veadeiros. Encarte, 1, 2, 3 e 4. 2009.

ICMBio. Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais (2018: Brasília, DF) / Organizadores: Ana Rafaela D'Amico, Erica de Oliveira Coutinho e Luiz Felipe Pimenta de Moraes. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio, 2018. 208 p.

ICMBio. Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC. Organizadores: Allan Crema e Paulo Eduardo Pereira Faria. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2018.

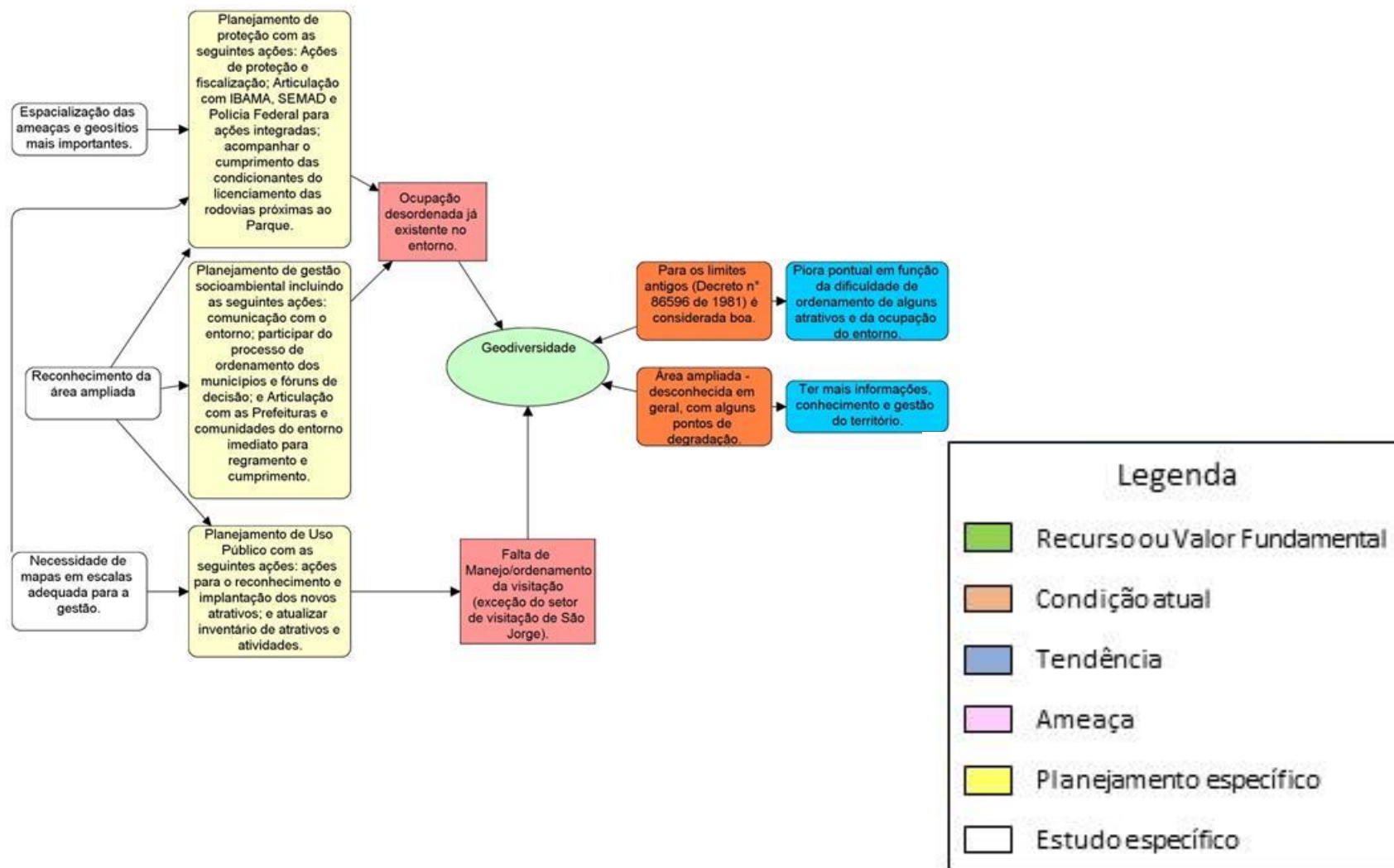
ICMBio. Rol de Oportunidades de visitação em Unidades de Conservação – 2ª edição (2020: Brasília/DF)/Organizadores: Allan Crema e Thiago Beraldo. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio.2020.

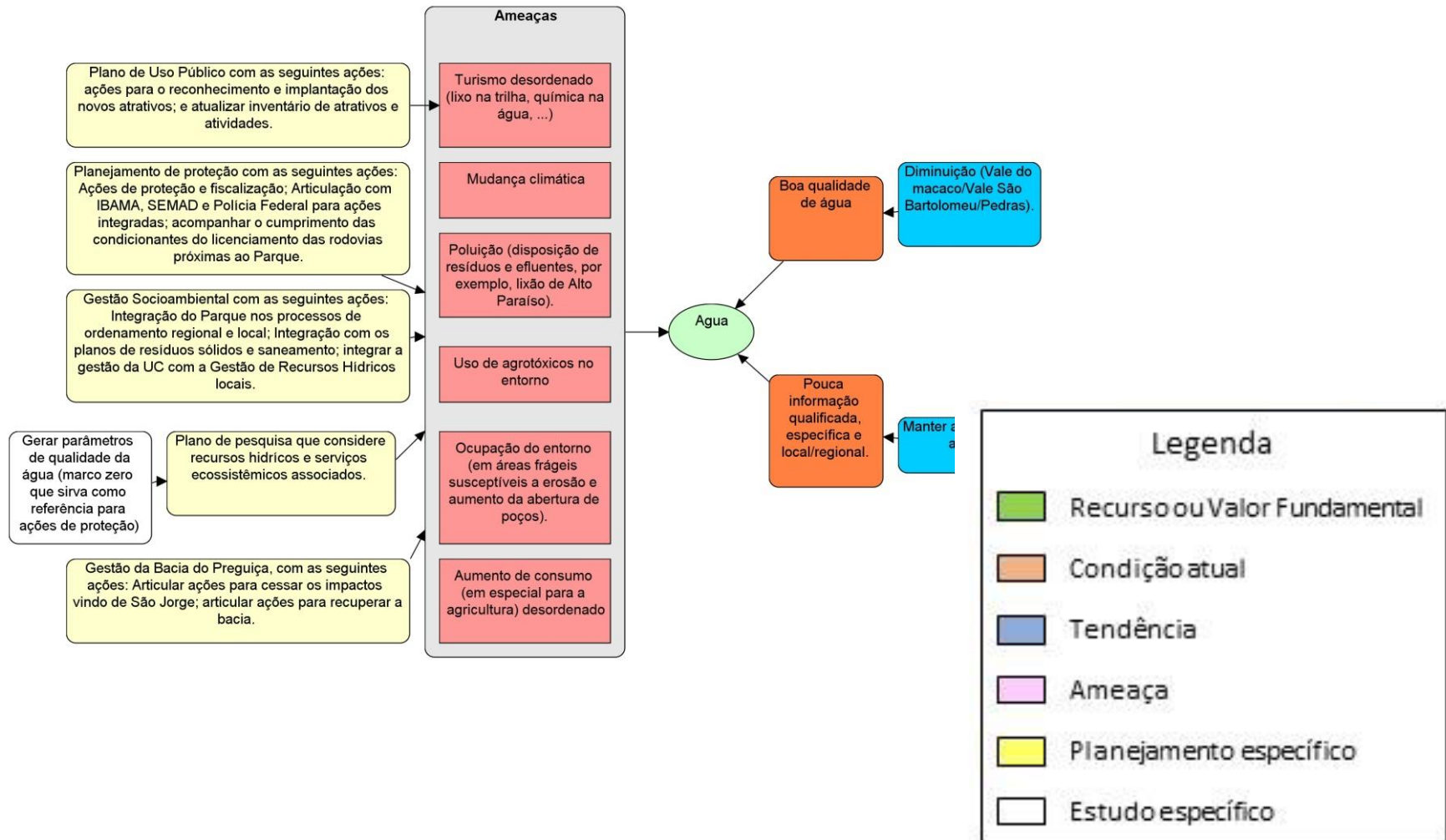
LIMA, P. C. A. de. As RPPNs da Chapada dos Veadeiros: disposições, motivações e práticas sociais. Brasília, 2013. 160p. : il.

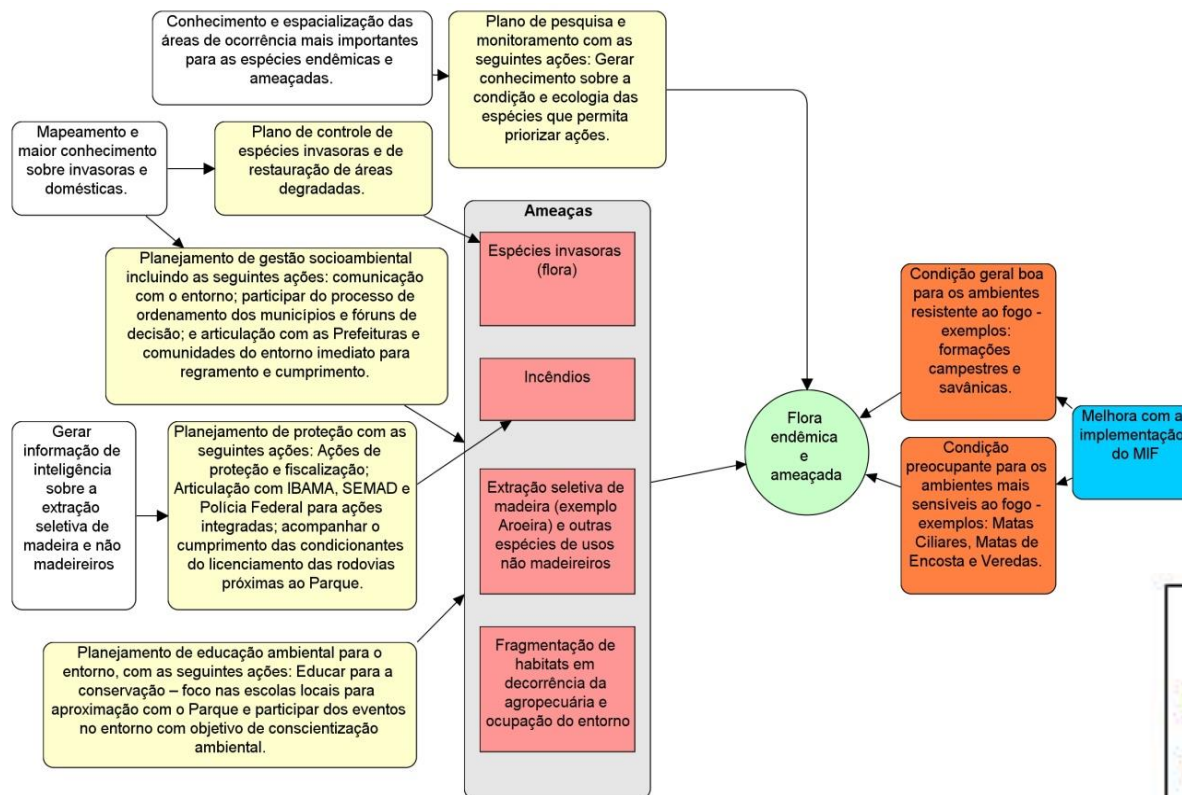
MACEDO, F. H. R. The Avifauna: Ecology, Biogeography, and Behavior. *In: OLIVEIRA, P. S.; MARQUIS, R. J. The Cerrados of Brazil: Ecology and natural history of a neotropical savana*. New York: Columbia University Press, 2002, p. 242-265.

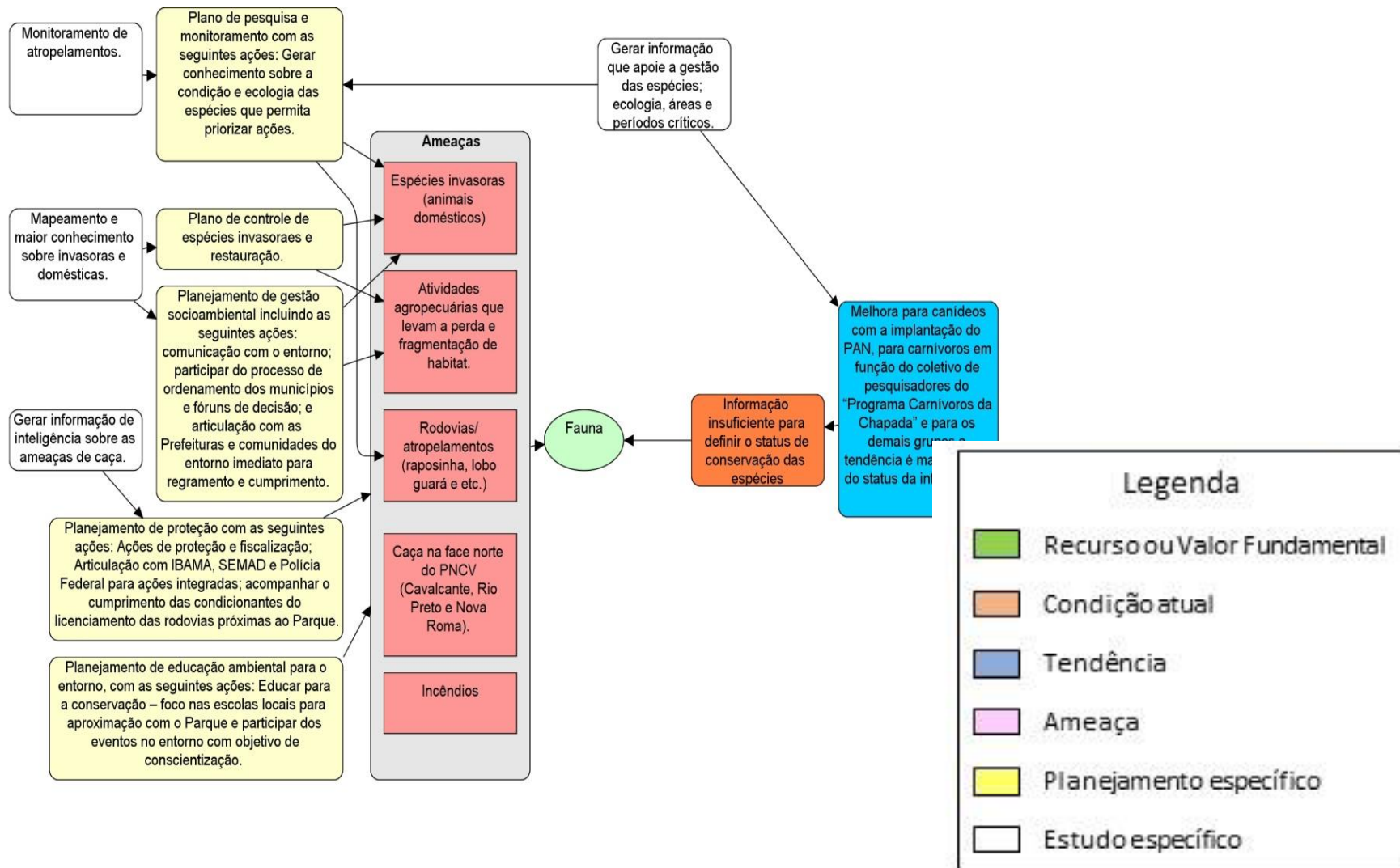
MARINHO-FILHO, J.; RODRIGUES. F. H. G; JUAREZ, M.. The Cerrado Mammals: Diversity. Ecology, and Natural History. *In: OLIVEIRA, P.S.; MARQUIS, R. J. The Cerrados of Brazil: Ecology and natural history of a neotropical savana*. New York: Columbia University Press, 2002, p. 266-284.
RIBEIRO, M. Biodiversidade Aquática: Parte I. A Ictiofauna do Distrito Federal. "2006. Disponível em:
<http://geofp.ibge.gov.br/documentos;recursosnaturais/levantamento/ictiofauna.pdf>. Acessado em: 25/03/2006.

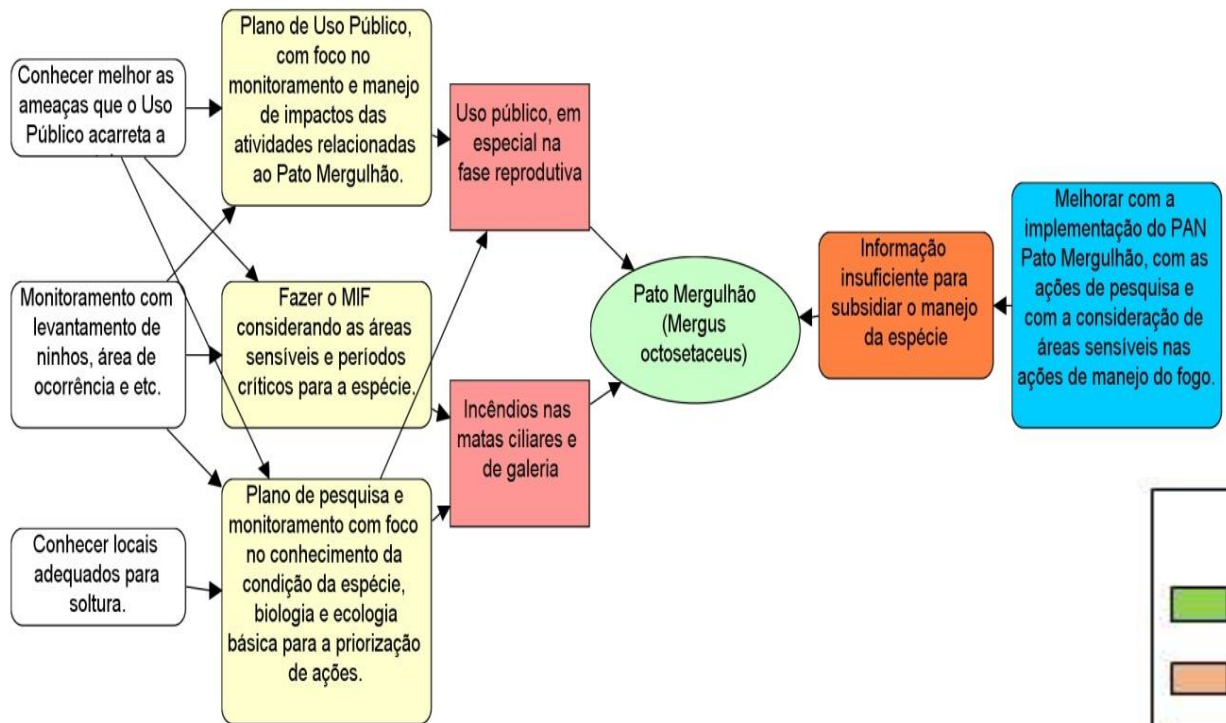
ANEXO 1. DIAGRAMAS DE ANÁLISES DOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS DO PNCV

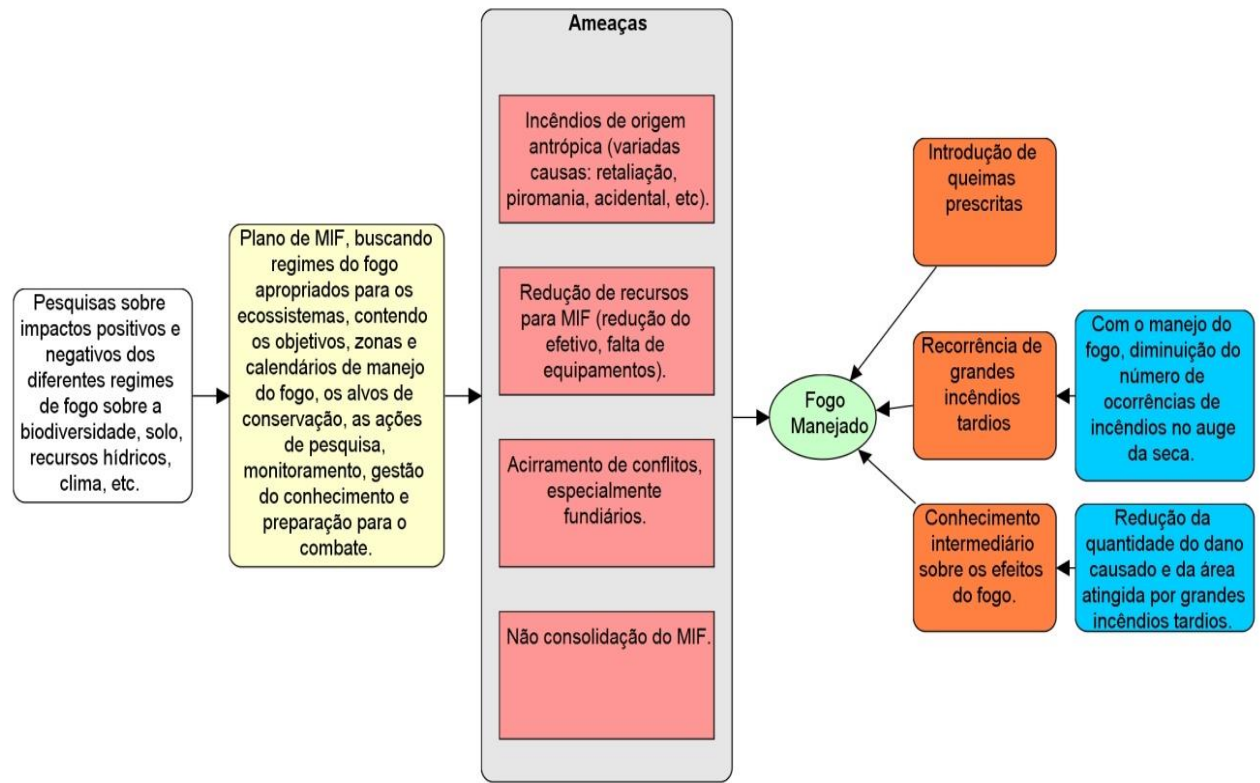






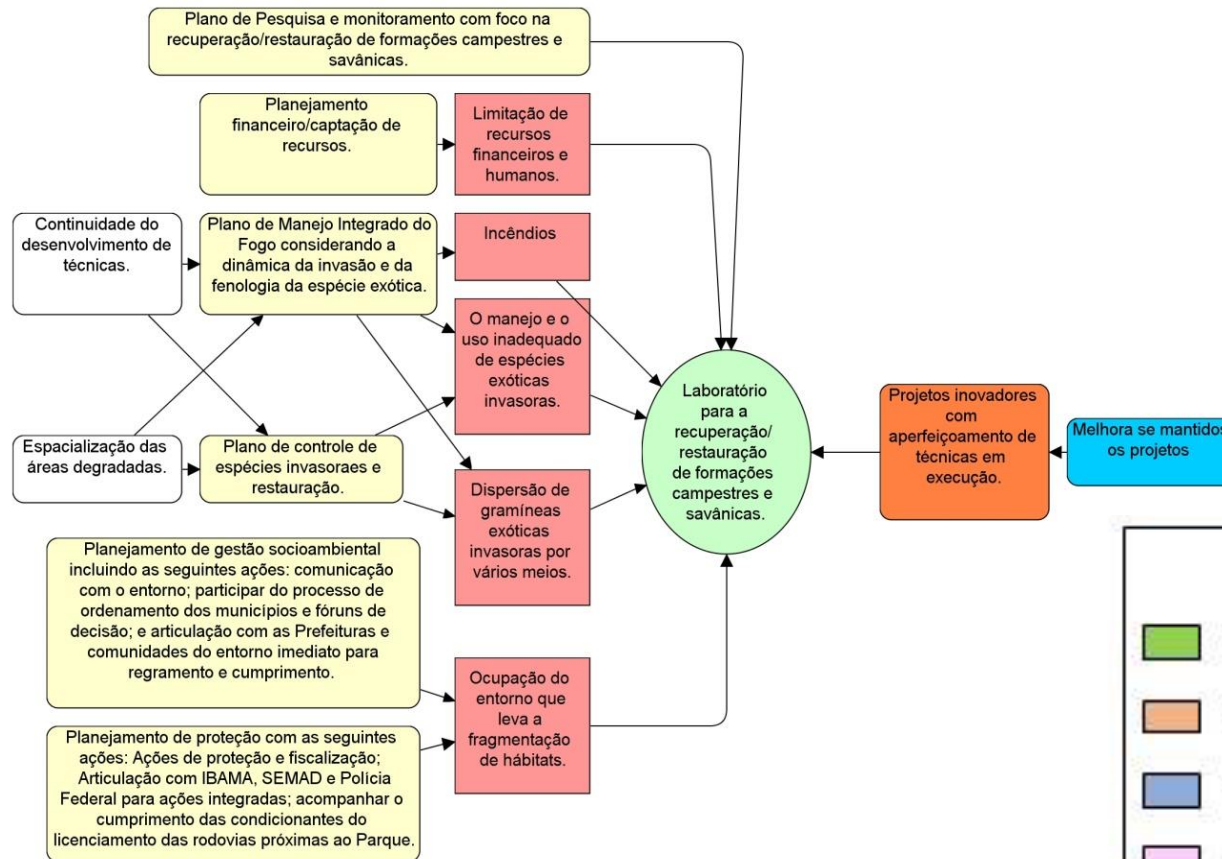


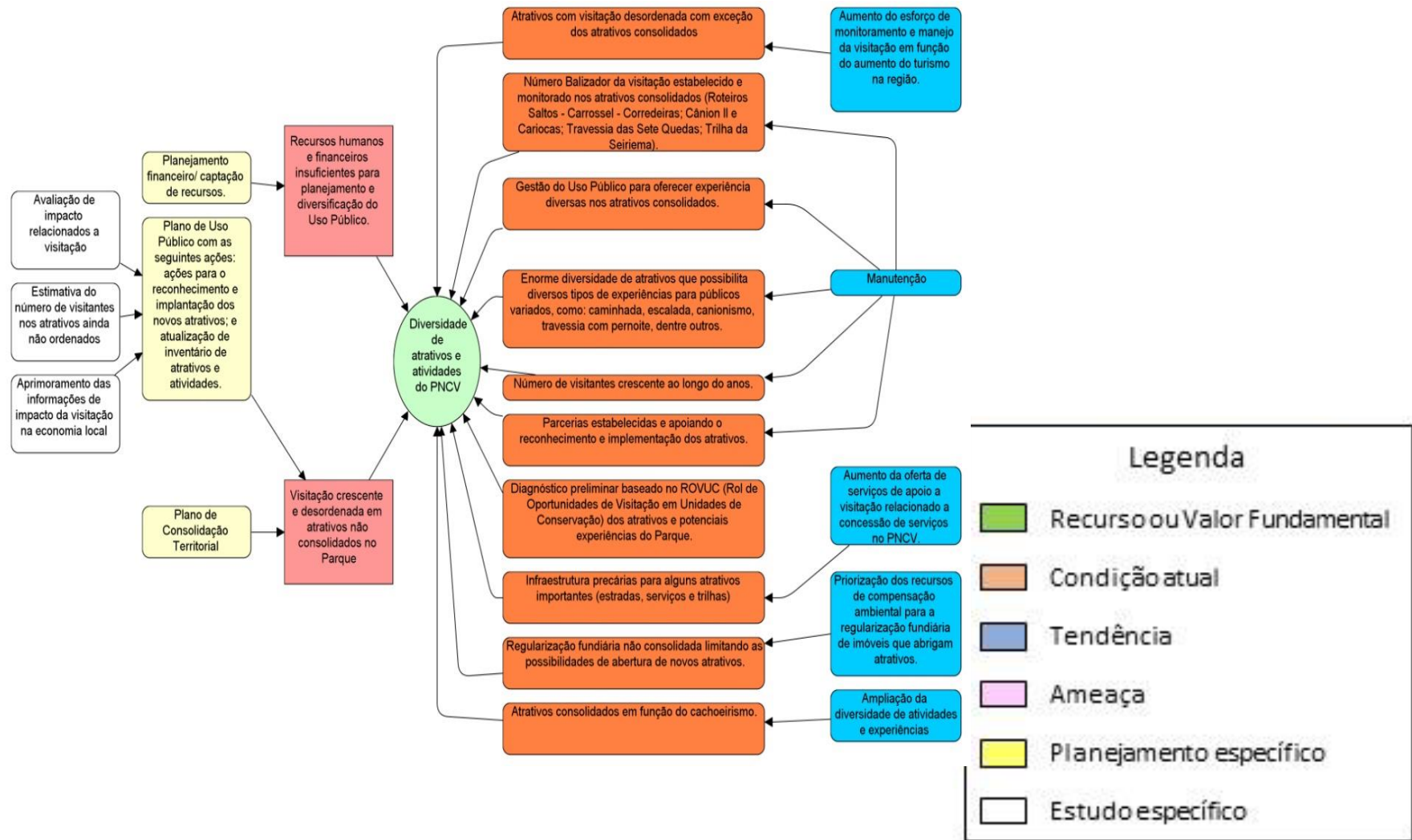




Legenda

- Recurso ou Valor Fundamental
- Condição atual
- Tendência
- Ameaça
- Planejamento específico
- Estudo específico





ANEXO 2. PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS. ENCARTE, 1, 2, 3 E 4. ICMBio, 2009.